

13-3-12 e)

REVISTA ESCOLAR

ORGAM DA DIRECTORIA GERAL DA INSTRUCCÃO PUBLICA

ANNO I

5. PAUBO - 1.º de Novembro de 1925

N.º 11

PUBLICAÇÃO MENSAL

Redacção e Direcção:

Largo do Arouche, 62

Redactor-director:

Prof. J. Pinto e Silva

Redactores-auxiliares:

Prof. Dr. José Veiga
Alduino Estrada

SUMMARY:

Revista Escolar.

- LIÇÕES PRÁTICAS:** 1 — Linguagem. 2 — Arithmetica. 3 — Botanica. 4 —
Leitura. 5 — Historia do Brasil. 6 — Geographia. 7 — Instrucção
moral e civica. 8 — Physica. 9 — Geometria. 10 — Hygiene.
- PEDOLOGIA:** 1 — Evolução psychica da criança.
- LIÇÕES DE COISAS:** 1 — Legumes e hortaliças. 2 — A ardosa. 3 — Partes exterior-
es do corpo humano. 4 — A castanha do Pará. 5 — A cortiça. 6 —
Os perfumes. 7 — O caucho. 8 — O fumo. 9 — O orvalho. 10 —
O sabão.
- QUESTÕES GERAES:** 1 — O culto da belleza na educação infantil. 2 — Palestras
sobre ensino.
- LITTERATURA INFANTIL:** 1 — Santa Cruz. 2 — O bombeiro. 3 — "Mimi." 4
— Não devemos julgar pelas apparencias. 5 — O matirão. 6 — Uma
historia. 7 — Padre Diogo Feijó. 8 — O bom atirador. 9 — A socie-
dade. 10 — Um grande brasileiro. 11 — Imagem do Brasil.
- METHODOLOGIA:** 1 — Processo educativo.
- EDUCAÇÃO PHYSICA:** 1 — Jogó de "base-ball."
- VULTOS E FACTOS:** 1 — Alberto Nepomuceno.
- PAGINA DA CRIANÇA:** 1 — Exercícios de raciocinio.
- MUSICAS E CANTOS ESCOLARES:** 1 — A taquara.
- LIVROS, REVISTAS ETC.:** 1 — "Supremacia e decadencia do futebol paulista." 2 —
"O mestre, a escola e o ensino."
- NOTÍCIAS:** 1 — Machina de escrever musica.
- DIRECTORIA GERAL DA INSTRUCCÃO PUBLICA:** 1 — Auxiliares de inspecção.
- SECRETARIA DO INTERIOR:** 1 — Actos diversos.

S. PAULO - Brasil

1925

2e

REVISTA ESCOLAR

ORGAM DA DIRECTORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PUBLICA

ANNO I || S. PAULO - 1.º de Novembro de 1925

N.º 11



A REVISTA ESCOLAR

S. Paulo — novembro — 1925.

Pela sua oportunidade, aqui inserimos, algo modificado, o seguinte artigo que ha tempos publicámos no extinto "Commercio de S. Paulo."

A acção educativa da escola seria gravemente perturbada, si não fôra o concurso da lei, restringindo sabiamente a liberdade da criança, no intuito de protegê-la contra umas tantas anomalias implantadas no organismo das sociedades, a pretexto de habitos, tradições etc., em fim, com o placito do consuetudinário.

Assim, reconhecida a influencia nociva de certos espectáculos no character das crianças, a estas prohibe-se o ingresso nas casas onde elles se realizam. Nada mais justo nem mais consentaneo com os principios da Moral.

Entre as diversões vedadas á infancia, tambem deveriam figurar os cinematographos, bem entendido, tal como existem entre nós, porquanto os "films" nelles desenrolados são, em sua maioria, de molde a crear na mente infantil falsas concepções, capazes de damnosos prejuizos.

Sim, porque a criança não tem o necessario discernimento para apreciar, á luz da razão, o justo ou o injusto, o bem ou mal das acções que se desenvolvem no decorrer de taes "films" ou no seu epilogo.

E' mui vulgar em nossos cinemas a exhibição de scenas em que se patenteiam as paixões humanas em suas differentes modalidades.



Ora, segundo J. J. Rousseau, "o espectáculo das paixões violentas é um dos mais perigosos que pôdem offerecer-se ás crianças."

Attentemos um pouco sobre o conceito do mestre da pedagogia contemporanea, do immortal autor do "Emilio." Suas palavras despertam um estudo, aliás interessantissimo, de psychologia infantil.

Nas representações dramaticas proporcionadas pelos cinematographos ás crianças, o que mais as attráe, o que mais as emociona e empólga não são os rasgos arrojados de nobreza ou de virtude, mas sim os lances impetuosos de vingança, os gestos impulsivos de odio, e quejandos factos da vida humana.

Nesses momentos é de vêr como a sua sensibilidade moral cresce, avoluma-se, estúa, numa hyperesthesia emocional, que immediatamente se exterioriza pelo estrugir de palmas vibrantes e bravos ruidosos.

Este phenomeno pôde sêr frequentemente constatado nos salões cinematographicos; não se trata, pois, duma simples hypothese e muito menos duma invencionice cattura.

Pois bem: é nesses momentos que a criança, em plena actividade psychica, recebe as mais intensas e duradouras impressões.

Ora, si taes impressões se realizam da maneira por que vimos, ou por outra, si as considerarmos do ponto de vista da sua causa originaria, é licito affirmar agirem ellas como elementos perniciosos na educação infantil, e isto pelas seguintes razões.

Primeiramente, pela fonte que lhes dá origem, ellas engendram noções erroneas no espirito da criança.

Em segundo lugar, em virtude da intensidade com que se manifestam, assignalam traços indeleveis de sua passagem, o que importa considerar difficil, sinão impossivel, extinguil-as.

E não se diga que estes dois assertos são méras fantasias ou encerram uma hyperbole.

Quando não bastasse o consenso unanime dos psychologos e pedagogistas para corroboral-os, seria sufficiente uma pouca de attenção para acceital-os como a mais justa expressão da verdade.

Não padece duvida que entre as vistas luminosas diariamente projectadas nas télas cinematographicas, muitas ha que illustram e educam a infancia. Entretanto, os salutaes effeitos dumas, não destróem os grandes prejuizos doutras.

Fica, portanto, em evidencia o influxo nocivo dos actuaes espectaculos cinematographicos na educação das crianças. Elles avassallam e corrompem o espirito infantil; este, pela disposição ingenita em acceitar aquillo que mais profundamente o impressiona, não póde emancipar-se dos erros e desvios que nelle se operam.

São ellas, as scenas cinematographicas, que tornam quasi improficuo o trabalho da escola no sentido da cultura moral das crianças.

No caso vertente, o mestre e o cinema são adversarios irreconciliaveis degladiando-se no campo das duas escolas que representam: aquelle constróe pela palavra sã e persuasiva; este destróe pelo poder eminentemente suggestivo, que lhe é peculiar.

E, nessa luta renhida, a victoria caberá, sem duvida, ao segundo, que empólga toda a sensibilidade da criança e lhe domina a imaginação, ao ponto della "sentir", pal-

pitantes de vida, de realidade, as scenas de que é simples espectadora.

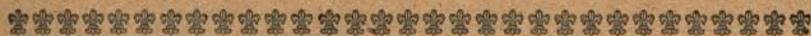
Isto quer dizer que jámais se lhe apagarão da memoria taes scenas. Estas, effectivamente, lhe constituirão outras tantas imagens adquiridas através da sua potencia visual, e a imagem, no sentido que o termo deve comportar, é, como sabemos, a reproducção da sensação que, ora com maior, ora com menor intensidade, quasi sempre se effectúa.

Essa reproducção, fazendo reviver na alma da criança as scenas que mais a impressionaram, nella vae assignalando, cada vez mais, as noções suggeridas pelas mesmas scenas.

Ora, no caso, semelhantes noções só pódem sêr perturbadoras, sinão destruidoras dos bons principios adquiridos no seio da escola; constituem um sério embaraço ao mestre, que assiste, impotente, ao surdo esbarrondar do edificio moral com tanto custo construido na alma de seus discipulos, vendo surgir dos seus escombros a figura letal do erro, do vicio.

A' vista destas considerações, cumpre afastar a criança da influencia malsã de cinematographos infensos á sua cultura moral.

Cumpre tomar uma medida energica para que a obra educativa da escola se exerça sem obstaculos, desassombadamente, com toda a efficiencia de que é capaz.



LIÇÕES PRÁTICAS

LINGUAGEM

NARRAÇÃO

I

E' muito mais facil obter uma boa narração do que uma boa descrição.

Bem cedo começam as crianças a querer ouvir historias. Estas lhes são immensamente agradaveis e lhes despertam o gosto e a imaginação. Não tardam ellas tambem a nos contarem historias, e interessantissimas são algumas que nos apresentam. Mas, o mais interessante é como a sua memoria as retem. Ao entrar a criança para a escola, esse amor pelas historias póde sêr utilmente aproveitado.

Professor. — Sei que vocês gostam muito de historias, por isso hoje vamos contar uma.

Alumno. — Que bom!

A. — Então, hoje não temos lição de linguagem?

P. — Temos, sim; vão vêr. Nossa historia vae sêr a daquelle menino do 1.º anno — aquella historia que vocês estavam me contando antes das aulas.

A. — Mas, isso não é historia; aconteceu mesmo. Coitada da mãe do Francisco! Si o senhor visse como a pobre chorava!

P. — As historias chamam-se tambem *narrações* e são de duas especies: *narração dum facto que realmente se deu*, como este que vocês já sabem, e *narração dum facto que se imagina ter acontecido*.

A. — As historias de fadas etc. são narrações desta ultima especie?

P. — Justamente... Comece você, Armando. Diga-nos o nome do menino.

A. — Chamava-se Francisco.

P. — Continue, João.

A. — Era alumno do 1.º anno da professora D. Dulce.

A. — D. Dulce disse que Francisco era muito bom alumno; que não comprehende como foi lhe acontecer aquillo.

P. — Veja, Alvaro, si você pôde começar a historia.

A. — *Francisco era um bom alumno do 1.º anno.*

P. — Onde morava o Francisco?

A. — Não sei bem certo o nome da rua, mas fica perto da Ponte Pequena.

P. — Quem mora perto da casa delle?

A. — Perto da casa delle moram uns meninos muito travessos, muito vadios.

P. — Que costumam elles fazer?

A. — Levam o dia inteiro pescando e brincando no rio.

P. — Agora, Alberto, veja si repete, com ordem, o que acabámos de dizer.

A. — *Perto delle moravam uns meninos muito maus, que passavam o dia brincando no Tietê.*

P. — Que fizeram esses meninos?

A. — Uma canôa.

P. — E hontem, que aconteceu?

A. — Convidaram Francisco para ir com elles passear de canôa.

P. — E elle foi?

A. — Um vizinho me contou que primeiro elle não queria ir, mas que os meninos tanto lidaram, que elle foi.

P. — Francisco pediu licença a sua mãe para ir?

A. — Elle ia pedir, mas os meninos não queriam esperal-o e elle foi sem licença.

P. — Quem quer reproduzir, tambem com muita ordem e clareza, esta parte da nossa historia? Olhem que é comprida e talvez a mais importante!

A. — Eu quero.

P. — Reproduza-a, então, José.

A. — Esses meninos fizeram uma canôa, e hontem quizeram, por força, que Francisco fôsse com elles na canôa.

Francisco era bomzinho; a principio não quiz, mas os meninos tanto lidaram, que elle resolveu ir pedir licença a sua mãe para acompanhal-os. Ia correndo, muito depressa, quando os outros gritaram: “Si quizer ir, é já; nós não podemos. esperal-o.” Então, Francisco foi, sem licença.

P. — Que aconteceu á canôa?

A. — A canôa virou.

P. — Quem se salvou?

A. — Os dois meninos vadios se salvaram.

P. — Como?

A. — Sabem nadar muito bem... Tambem é só o que sabem.

P. — E Francisco? Porque elles não o salvaram?

A. — Elles não se importaram com o Francisco.

A. — O facto é que elle morreu afogado.

P. — Conte-nos, Antenor, o que aconteceu, depois que Francisco sahiu na canôa.

A. — A canôa virou e os dois meninos maus, como sabiam nadar, se salvaram, e não se incomodaram com o pobre Francisco, que pereceu afogado.

P. — Acabámos a historia, a narração. Agora, eu queria que vocês me contassem porque seria que aconteceu tamanha desgraça ao Francisco.

A. — Porque andou em má companhia.

P. — Dê, então, Americo, um conselho aos seus collegas.

A. — Devemos ter muito cuidado na escolha dos nossos companheiros.

P. — Muito bem. Agora, como lição de linguagem escrita, escrevam-me toda a historia, pondo-lhe o titulo que entenderem. Escrevam-na correctamente, formando sentenças claras, curtas e bem coordenadas.



ARITHMETICA

FRACÇÕES DECIMAES

II

Agora que as crianças já conhecem *decimos*, sabendo lêr e escrevêl-os, poderão começar a sommar e a diminuir. Isto lhes dará pratica variada na leitura e escritura, firmando ao mesmo tempo o valor da virgula e das casas decimaes.

(Sobre as carteiras os quadrados da lição anterior, desta vez marcados os centímetros, no sentido vertical.)

Professor. — Ponham as tiras juntinhas.

Alumno. — Para formar o quadrado inteiro?

P. — Sim; esse quadrado é o *inteiro*.

A. — A nossa fazenda?

P. — Justamente: aquella que nós dividimos . . . em quantas partes mesmo, Alvaro?

A. — Em dez partes, em *dez decimos*.

P. — Muito bem: vejo que não se esqueceu. Supponhamos que desta fazenda inteira . . .

A. — Dos *dez decimos*, professor?

P. — . . .exactamente. Supponhamos que o fazendeiro vendeu *dois decimos*. Com quanto ficou elle?

A. — Ficou com *oito decimos*.

P. — O comprador quiz mais, e o fazendeiro lhe vendeu mais *tres decimos*. Com quanto ficou o comprador?

A. — O comprador ficou com *cinco decimos*.

P. — Porque cinco?

A. — Porque *dois decimos* e mais *tres* são *cinco decimos*.

P. — E o fazendeiro com quanto ficou?

A. — Ficou com *cinco decimos*, porque *dez decimos* menos *cinco decimos* são *cinco decimos*.

P. — Venha ao quadro-negro, Augusto. Quantos *decimos* vendeu o fazendeiro a primeira vez?

A. — *Dois decimos.* (Escreve.) ,2.

P. — E a segunda vez?

A. — *Tres decimos.*

P. — Escreva, pondo a virgula bem embaixo da outra virgula.

A. — (Escreve.) ,3.

P. — Agora, *somme.*

A. — São *cinco decimos.*

P. — Quando *sommarmos* e *subtrairmos* decimaes, precisamos muito cuidado com as casas.

A. — Para collocarmos *decimos* embaixo de *decimos*, em vez de unidades embaixo de unidades?

P. — Sim. Si as virgulas se corresponderem, tudo o mais irá bem. (Muitos exemplos deverão sêr dados.) Os quadrados estão bem completos?

A. — Estão, sim, senhor. Mas, para que são estas *marquinhãs*?

P. — Vamos riscar, fazendo a regua tocar emcima e embaixo nos risquinhos correspondentes.

A. — (Risca.) Agora o quadrado ficou dividido numa porção de quadradinhos.

P. — Vamos cortal-os pelos riscos.

A. — Prompto. Estão cortados.

P. — Quem é capaz de me dizer quantas tiras tinhamos hontem, ou em quantas partes estava o quadrado dividido?

A. — Dez partes, *dez decimos.*

P. — E agora? Cortámos cada tira, cada decimo, em quantos pedaços?

A. — (Contando.) 1, 2, 3 etc. Cortámos cada decimo em *dez partes.*

P. — E o quadrado todo ficou dividido em quantos quadradinhos?

A. — 1, 2, 3, 4 . . .

A. — Espere, eu conto mais depressa, assim: São *dez decimos* e cada decimo tem *dez* pedaços: são *cem* pedaços.

P. — Muito bem, Armando. Devemos sempre procurar o meio mais facil, mais curto, de achar uma resposta.

Então, nosso quadrado, nosso inteiro, ficou dividido em cem partes. (Mostrando.) Cada um destes quadrados, cada uma destas partes, é a *centésima parte*, é um *centésimo* do inteiro.

A. — O fazendeiro, si dêsse uma dessas partes, daria um *centésimo* da fazenda?

P. — Justamente.

A. — E si dêsse duas partes, daria *dois centésimos*.

P. — Mostre-nos, Alberto, *oito centésimos* da fazenda.

A. — (Mostra.)

P. — (Dará á classe varios exemplos.) Onde começam as casas dos numeros inteiros, Augusto?

A. — Da direita para a esquerda.

P. — Pois nas fracções, é justamente o contrario; a primeira casa, que vocês já conhecem . . .

A. — Os decimos.

P. — . . . os decimos occupam a primeira casa á direita da virgula.

A. — As casas começam da esquerda para a direita.

P. — Esta segunda casa, que estamos aprendendo hoje, é a dos *centésimos*. Escreva um *centésimo*, Alfredo.

A. — (Escrevendo.) Eu ponho 1 na segunda casa, e o que ponho na primeira?

P. — A primeira está vaga, não tem decimos; ponha um zero.

A. — (Escrevendo.) ,01.

P. — Muito bem. Agora, escreva você, Alcides, 18 centésimos.

A. — (Escreve.) ,018.

P. — Está certo?

A. — Não está certo, professor.

P. — Porque?

A. — Porque centésimos não têm tres casas.

P. — O que é que você póde tirar para ficarem só duas casas e não fazer falta?

A. — E' o zero.

P. — Então, escreva de novo.

A. — (Escreve) ,18. O 1 é a casa dos decimos e o 8 marca os centesimos.

P. — Sim, senhor. E' isso mesmo. (Dar-se-ão muitos exemplos, fazendo os alumnos lerem os decimos e os centesimos.)

BOTANICA

CAULE

“Pela observação directa facilmente se obterá o que nunca lograrão explicações copiosas e longas definições.”

Alumno. — (Lendo.) “O caule existe em todos os vegetaes.”

A. — Em todos, não! A cebola não tem caule.

Professor. — Tem, sim. Você já vae saber.

A. — Mas, onde fica elle, professor?

P. — Embaixo da terra. Essa parte mais bojuda, que comemos, essa parte que parece uma fruta é o caule da cebola.

A. — Então, ha caules que ficam debaixo da terra?

P. — Ha, sim; são caules *subterraneos*; mas os caules *aéreos* são muito mais numerosos.

A. — Só os aéreos é que eu pensava serem caules.

P. — E entre os aéreos, quantas variedades não ha!

A. — Muitos são *redondos*.

P. — *Redondos*, Julio? Não se lembra mais do que eu ensinei ha poucos dias?

A. — E' verdade! ... São *cilindricos*.

P. — (Mostrando.) Temos caules triangulares, quadrangulares etc.

A. — Estes são caules?

P. — Sim, são cipós.

A. — Ah! estes trepam.

P. — Ahi temos outra variedade de caules. Uns mantêm-se na posição vertical; outros enroscam-se noutras plantas; outros ainda rastejam pelo chão.

A. — Os caules grandes, fortes, ficam em pé, sósinhos.

A. — Este caule é liso; este é bem aspero.

A. — Este é ôco.

P. — Este é cheio.

A. — Este tem nós.

P. — Reparem como dos nós saem as folhas.

A. — Não tem galhos.

P. — Ainda ha caules pegajosos, caules cobertos de espinhos etc. Os caules aéreos dirigem-se verticalmente, de baixo para cima. (Dando a um alumno um caule de espinafre e um pequeno galho de laranjeira.) Quebre, Armando, estes dois caules.

A. — Este eu quebrei com facilidade; mas, este outro me custou mais.

P. — Esse, composto de fibras resistentes, é chamado *caule lenhoso*; esse que você partiu, com facilidade, é composto quasi sómente de tecido cellular.

A. — Como se chama este?

P. — E' *caule herbaceo*. Os caules herbaceos são de pouca resistencia e de duração mais curta.

A. — As arvores que nos fornecem lenha e madeiras são lenhosas?

P. — Sim... Os caules lenhosos são tambem chamados *troncos*. (Mostrando côrtes transversaes de diversos vegetaes dicotyledoneos.) Vimos caules de differentes especies; agora, vejamos a divisão mais importante — a que classifica os caules, conforme o modo por que crescem e se desenvolvem. Este caule tem, bem no centro, tecido cellular, tecido menos resistente.

A. — Quantos circulos!

P. — Estes outros circulos são de tecido lenhoso e tecido fibroso. O numero de circulos varia conforme o tamanho e a idade da arvore. Envolvendo tudo, ha a casca. Este caule é chamado *exógeno*, e quer dizer que cresce exteriormente. Uma

particularidade das plantas exógenas é sua liberdade em emitir galhos. Fórmam-se nestes caules, annualmente, muitos galhos.

A. — A roseira, a laranjeira, então, são plantas *exógenas*?

P. — Sim . . . Caules que têm o tecido fibroso correndo longitudinalmente, misturado ao tecido cellular, são *caules endógenos*. Quando chupamos canna de assucar, vemos perfeitamente esse tecido fibroso no bagoço que fica.

A. — E o que quer dizer *endógeno*?

P. — Que cresce para dentro. Os caules augmentam de tamanho, crescem, não pela sobreposição de novas camadas, mas pela intercalação de novas fibras entre as já existentes, fazendo com que todo o caule se extenda, se augmente.

A. — Que outras plantas, sem sêr a canna, têm destes caules?

P. — O milho, os lirios, cravos etc.

A. — O bambú.

P. — Entre as arvores, a palmeira é o melhor exemplo deste tipo. Plantas com esta especie de caule não se ramificam.

A. — A palmeira não tem mesmo galhos.

P. — Agora, o mais importante: a utilidade dos caules.

A. — A cebola é caule usado na alimentação.

A. — As madeiras são caules empregados na marcenaria e carpintaria.

A. — A quina e a salsaparrilha são caules empregados pela medicina.

P. — Uns caules são organs de reserva, como a canna de assucar e a batata. Para a planta o caule serve de sustentaculo aos seus ramos, galhos, folhas, flôres e frutos. E' ainda o portador da seiva que passa das raizes ás outras partes da planta. Sabe você, Arthur, porque é que podemos as plantas?

A. — Para lhes dar melhor fórma.

P. — A's vezes, mas quasi sempre, é para impedir as arvores de se ramificarem e assim melhor aproveitarem a seiva.



LEITURA

MANEJO DO DICIONARIO PORTUGUEZ

O prazer e o proveito das lições de geographia, historia, literatura etc., dependem, em grande parte, da perfeita compreensão do sentido das palavras.

Os livros, mesmo os escolares, estão cheios de palavras inteiramente estranhas aos alumnos, ou vagamente conhecidas. Tendo em consideração que um conhecimento intelligente do nosso vocabulario é o alicerce de toda cultura, estamos negligenciando um dever quando não habituamos o alumno a achar no dicionario a significação das palavras desconhecidas.

Este ensinamento compreende tres partes distintas, nenhuma das quaes pôde sêr esquecida sem prejudicar o fim em vista. São ellas: 1.^a — *reconhecer a necessidade de procurar a palavra*; 2.^a — *achal-a rapidamente*; 3.^a — *escolher a significação apropriada*.

Alumno. — (Lendo.) “Extende-se vasto campo, lá para as bandas do sul. Parece um mar, cujas ondas se tivessem transformado repentinamente em coxilhas. A leve aragem da madrugada arrepia a . . . macéga.”

Professor. — Basta. Você entendeu o que leu, Paulo?

A. — Muito bem, não, senhor.

P. — Porque?

A. — Eu não sei o que quer dizer *coxilhas*.

P. — Procurou no dicionario? Eu disse que procurassem todas as palavras desconhecidas.

A. — Eu pensei que sabia.

P. — (Uma tal desculpa pôde sêr preguiça do alumno, mas a maior parte das vezes é a expressão da verdade.) Não é só essa palavra que você desconhece. Você não sabe o que significa — *macéga*. Sabe?

A. — Não sei, mesmo. Como é que o senhor adivinhou?

P. — Eu não adivinhei, não. Foi a sua leitura que me contou. Quando paramos de repente na leitura duma palavra, é signal de que essa palavra nos é inteiramente desconhecida.

A. — O senhor tem razão, professor.

P. — E *aragem*, você sabe o que é?

A. — E' ... é ...

P. — Nesta palavra você não parou; *deslizou* por ella, porque você já a tem encontrado e ouvido muitas vezes. Você até pensava que conhecia sua significação, tanto, que a quiz dar, não é?

A. — E' verdade; eu quiz dar a significação, mas não soube.

P. — Esta incerteza relativamente á extensão do nosso conhecimento de palavras, não se limita sómente a vocês, crianças. E' commum entre adultos, em grande parte responsaveis pelo vocabulario limitado que tanta gente tem. Tratemos, pois, de travar relações, por meio do dictionario, com palavras novas, e nelle ainda aprendamos sentido novo para palavras já nossas conhecidas.

A. — Eduardo diz que não sabe achar as palavras no dictionario.

P. — Muitos de vocês talvez não saibam tambem, mas não têm a franqueza de Eduardo. Tomem os seus dictionarios. A primeira coisa a saber bem, é a ordem alphabetica. Os dictionarios estão arrançados nessa ordem.

A. — Ah! isso eu sei.

P. — Depois de que letra vem o *P* ?

A. — Depois do *O*.

P. — E antes de que letra?

A. — O *P* vem antes do *Q*.

P. — (Muitos exercicios identicos.) Achem onde começa a letra *A* no dictionario.

A. — (Mostra.)

P. — E até onde vae?

A. — (Mostra.)

P. — (Bastantes exercicios.) As segundas letras das palavras tambem seguem a ordem alphabetica.

A. — Depois do A, sósinho, vêm AA.

P. — E depois de todas as palavras começando por AA?

A. — Vem Ab.

P. — E assim por deante, até Az. As mais letras da palavra seguem sempre a mesma ordem alphabetica.

A. — Para, que são estas palavras, aqui emcima das paginas?

P. — Quantas são?

A. — São duas.

P. — São sempre duas, não importa em quantas columnas a pagina esteja dividida. A 1.^a palavra é tambem a 1.^a da pagina; a 2.^a é a ultima da pagina.

A. — Ah! E' mesmo! *Abjecto*—*abjecto*; *abocar*—*abocar*.

A. — Agora, vou achar as palavras mais depressa.

P. — Qualquer dia, quando estiverem bem praticos, vamos fazer *uma corrida de synonymos*.

A. — Para vêr quem é capaz de achar primeiro uma palavra?

A. — Vou me exercitar bastante.

P. — Voltemos agora, á nossa leitura. Paulo vae procurar no dictionario a palavra *coxilhas*.

A. — (Lendo no dictionario) *Bras*. Que quer dizer isto?

P. — No começo dos dictionarios ha sempre explicação das abreviações. A abreviação — *Bras*. significa: termo brasileiro. Leia adeante.

A. — (Lendo.) “Pequeno monte separado de outro por valles cobertos de mato.”

P. — Sempre que usamos o dictionario, precisamos ter perto de nós o livro, o jornal etc., onde está empregada a palavra desconhecida. Alvaro já vae me perguntar “porque?” Porque muitas vezes acontece que uma palavra tem mais de uma significação. Será que *coxilhas* significa *montes*? Leia, substituindo a palavra.

A. — (Lê, substituindo.) Sim, é. Agora, entendo. *O campo é o mar, onde os montes são as ondas*.

P. — Bento, procure — *macêga*.

A. — (Lendo.) “Herva damninha que apparece nas seáras.”

P. — E o que mais?

A. — Depois — *Bras.* (que quer dizer palavra usada no Brasil) e “Campo em que ha muito capim ou pequenos arbutos.”

P. — A lição para amanhã será a mesma. Não deixem de procurar *todas* as palavras desconhecidas.

A. — E tambem as duvidosas?

P. — Justamente. Empreguem-n-as depois em sentenças.

Ha um thesouro enorme no dictionario, mas só o póde achar quem o procura, quem adquire o habito de folhear as suas paginas.

HISTORIA DO BRASIL

7 DE SETEMBRO — MUSEU E MONUMENTO DO YPIRANGA

No ensino desta disciplina o professor deve palestrar com os alumnos usando uma linguagem simples. E’ de grande vantagem o emprego de albuns historicos, que suavisarão o ensino e o tornarão mais proveitoso.

Professor. — Já sei que todos passearam muito, durante os feriados ultimos. Devem, pois, estar satisfeitos e com vontade de estudar. Como sou mui curioso, estou com desejos de saber onde vocês foram passear. Quem me quer contar?

Alumno. — Eu fui, domingo, a Santos, fazer um piquenique no Guarujá.

A. — Eu, no dia 7, fui ao Ypiranga, visitar o Museu e o Monumento.

A. — Eu fui hontem passear em casa de meu tio, em Mogy.

A. — Eu fui á Penha, ouvir missa e assistir á procissão.

P. — E’ bastante. Estou vendo que vocês são muito passeedores. Ninguem ficou em casa. Fizeram bem: os feriados

foram instituídos para o descanso. Devem pois passear e divertir-se bastante, mas também quando chegar o dia de trabalho, ninguém deve vadiar. O Mauro disse que no dia 7 foi ao Ypiranga visitar o Museu e vêr o Monumento da Independencia. Estou com vontade de saber que *coisas* são essas. Parece-me que vocês sabem mais do que eu! . . . Quem já foi ao Ypiranga, levante a mão . . . Muito bem. Vejo que todos conhecem o nosso Museu e o majestoso monumento que está ao pé delle. Porque você foi, no dia 7, ao Ypiranga, Mauro?

A. — Porque não houve aula e lá havia festa.

P. — Mas, porque não houve aula, José?

A. — Por ter sido feriado nacional.

P. — Que é feriado nacional? Quem sabe? Vocês já aprenderam isto, no 2.º anno primario.

A. — E' um dia em que festejamos um facto notavel, que muitos beneficios trouxe a nossa Patria.

P. — Que será que commemoramos no dia 7 de setembro? Fale, Rubens.

A. — A independencia do Brasil, proclamada por D. Pedro I, nas margens do riacho Ypiranga, no dia 7 de setembro de 1822.

P. — Muito bem. Vejam só como o Rubens não se esqueceu do que aprendeu no 2.º anno primario! Olhem todós aqui para esta gravura. Ella representa o momento em que D. Pedro, que se dirigia a Santos, após ter lido as ultimas correspondencias vindas de Portugal, cheias de censuras contra a sua pessoa, ferido em seu amor proprio, proclamou, nas margens do arroio Ypiranga, a 7 de setembro de 1822, a liberdade do Brasil, com o memoravel brado: — *Independencia ou morte!*

A. — E onde está D. Pedro, aqui na gravura?

P. — Aqui ao lado, vocês poderão vêr o retrato do principe que foi o primeiro imperador do Brasil, recebendo o nome de Pedro I . . . De modo que o Brasil, antes de sêr independente, pertencia a que nação, Luiz?

A. — A Portugal.

P. — Sim. E foi para commemorar tão notavel acontecimento que o governo mandou construir, no mesmo sitio em que D. Pedro I proclamou a nossa independencia, o impor-

tante Museu e o colossal Monumento, circundado por um bellissimo parque. Você sabe o que é um museu, João? Não sabe? Conte-me tudo quanto você lá viu.

A. — Eu visitei muitas salas onde havia animaes, plantas, quadros, objectos indigenas, pedras, metaes . . .

P. — Sim. Então, o museu é um edificio onde se estudam artes, sciencias etc. E' um logar destinado não só a estudo, mas principalmente ás colleccões de bellas artes e sciencias, objectos antigos, peixes, aves, borboletas, metaes, pedras preciosas, moedas etc. Vejam aqui a photographia do nosso importante Museu . . . E o Monumento da Independencia é bonito, Celso?

A. — Muito, professor. E' bastante grande e tem muitas figuras. .

P. — Sabe o que essas figuras representam? Não? No Monumento, que foi feito pelo escultor italiano Ximenes, notam-se os factos principaes que precederam á nossa independencia e os grandes vultos que muito trabalharam pela liberdade do Brasil. Lá estão D. Pedro I, os irmãos Andradas, e outros que, como vocês sabem, foram ardorosos defensores da nossa emancipação politica. Noutra aula havemos de estudar o facto historico com maiores detalhes. Hoje vocês tiveram o ensejo de aprender porque o dia 7 de setembro foi feriado, o que é um museu e porque foi erigido o Monumento da Independencia.

Aqui está a gravura que representa a majestosa obra de Ximenes, erigida no mesmo sitio em que D. Pedro I proclamou a liberdade do Brasil, bradando — "*Independencia ou morte!*"

GEOGRAPHIA

LATITUDE E LONGITUDE

I

Explicar *latitude* e *longitude*, de modo a conseguir que a classe entenda, tire resultado pratico desse estudo, não é facil.

Apresentamos hoje um esboço de lição, que amenizará o assumpto gravando-o, ao mesmo tempo, na mente infantil.

U	V	X	Y	Z
P	Q	R	S	T
K	L	M	N	O
F	G	H	I	J
A	B	C	D	E

LÉSTE

(Os rectangulos representam as carteiras, e as letras, as iniciaes dos alumnos.)

Professor. — Estou pensando num alumno da segunda fileira, a contar da frente. Quem será?

Alumno. — E' Francisco?

P. — Não é.

A. — E' Geraldo?

P. — Não é Geraldo.

A. — E' Henrique?

P. — Não.

A. — E' Irineu?

P. — Tambem não é.

A. — Então, é José.

P. — (Faz a mesma pergunta referindo-se a outras fileiras.) Onde é Léste, aqui na sala?

A. — (Indica.)

P. — Agora, tenho em mente um alumno que fica na primeira fila, a Léste. Quem será?

A. — E' José?

P. — Não é.

A. — E' Oscar?

P. — Tambem não é.

A. — E' Tobias?

P. — Sim, é Tobias. (Faz diversas perguntas semelhantes, escolhendo alumnos de filas differentes.) Quando eu disse que estava pensando num alumno da segunda fileira, a contar da frente, porque vocês custaram acertar? Porque não disseram logo que era o José?

A. — Tanto podia sêr o Francisco, como o Geraldo, como o Henrique, o Irineu ou o José.

A. — Podia sêr qualquer um dos cinco.

P. — E quando eu pensava num alumno da primeira fila, a *Léste* da sala, porque não disseram logo que eu pensava no Tobias?

A. — Nessa carreira podia sêr o Tobias, o Elias, o José, o Oscar ou o Zacarias.

P. — Agora, eu estou pensando no alumno que está na terceira fileira, a contar da frente e, na quarta fila, contando de *Léste*.

A. — E' o Luiz!

A. — Não pôde sêr outro!

P. — Como você soube agora, tão certinho, quem era?

A. — O senhor contou, sem querer, quem era.

P. — Mas, eu não disse o nome.

A. — Não disse o nome, mas é só o Luiz que está na terceira carreira, a contar da frente e na quarta fila, a contar de *Léste*.

A. — O senhor indicou duas carreiras que se encontram no Luiz: é elle mesmo.

(Varios exemplos identicos serão dados, até que os alumnos entendam o processo que determina qual é o alumno indicado.)

P. — Por hoje, basta. Amanhã iremos aprender como ha tambem *carreiras* na *Terra*, isto é, linhas que a cortam nos dois sentidos e que nos permitem determinar exactamente um ponto qualquer em sua superficie.

A. — Como nós determinámos o Luiz?

P. — Justamente.



INSTRUÇÃO MORAL E CIVICA

AS LEIS. QUEM AS FAZ. CONGRESSO LEGISLATIVO. ORGANIZAÇÃO DAS LEIS. PROJECTO, DISCUSSÃO, VOTAÇÃO, PROMULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO. (*Programma — 2.º Anno médio.*)

Eis o summario dum ponto de grande importancia.

E' necessario fazer a criança comprehender que a lei foi feita para sêr cumprida e obedecida por todos, sem distincção de classe ou de nacionalidade.

Em se tratando duma aula para classe adeantada, não ha inconveniente algum que o professor se extenda um pouco sobre o ponto, porque é de muita necessidade o seu claro, amplo e perfeito conhecimento. Só assim conseguiremos uma geração nova que consagre ás leis mais amor e mais respeito.

Professor. — Todos muito attentos. Vamos tratar hoje duma lição importantissima. Vamos falar sobre as leis.

A. — *Leis?! Que quer dizer — leis?*

P. — *Leis são nórmas, regras, necessarias ou obrigatorias, que presidem ás relações dos sêres entre si. São regras ditadas ao povo dum paiz, ás quaes elle é obrigado a obedecer.*

Si o povo não fôsse obrigado a cumpril-as, reinaria a desordem e com ella o atrazo, a decadencia do paiz.

A. — *Seria uma anarchia!*

P. — *Sem duvida!*

Como vocês vêem, as leis são feitas para serem cumpridas por todos os habitantes dum paiz, quer sejam elles ricos ou pobres, nacionaes ou estrangeiros.

Vamos agora saber como são ellas feitas, quem as faz etc.

Vocês já sabem o que é Congresso, Camara de Deputados, Senado, Poder Legislativo, Poder Executivo etc?

A. — *Sim, o senhor já nos ensinou isso tudo.*

P. — *Então, vejamos, você, Luiz, quem exerce o Poder Legislativo?*

Alumno. — O Poder Legislativo é exercido pelas duas casas do Congresso, com a sanção do Presidente da Republica.

P. — Que é *sanção*, Pedro?

A. — *Sanção*, quer dizer approvação pelo chefe do Estado.

P. — Quem exerce o Poder Executivo, José?

A. — O Poder Executivo tem por chefe o Presidente da Republica.

P. — Muito bem. Fiquem, pois, vocês sabendo, que as leis são feitas pelo Congresso, com a sanção ou approvação do Presidente da Republica.

Vejam agora as phases da sua formação.

As leis, para se formarem, passam por quatro periodos: 1.º — o da *iniciativa* ou *proposta*; 2.º — o da *discussão* e *adoção* ou *approvação*; 3.º — o da *sanção*; 4.º — o da *promulgação* e *publicação*.

A. — Em que casa do Congresso uma lei tem sua origem? E' na Camara ou no Senado?

P. — Muito bem! Estou contente com os meus alumnos. Vejo que são todos muito *curiosos*, mas dotados duma *curiosidade* que procura saber só o que é bom e util. Vou responder á sua intelligente pergunta, Renato.

Os projectos de lei pódem ter origem, indistinctamente, na Camara ou no Senado, por iniciativa de qualquer de seus membros. Os projectos de lei, referentes ao orçamento e fixação de forças, são propostos ao Congresso, pelo Presidente da Republica. Como vêem estes projectos constituem uma excepção.

Si o projecto apresentado não fére as attribuições do Congresso, bem como o Regimento Interno do mesmo e a nossa Constituição, será tido como objecto de deliberação e enviado então á Comissão a que pertencer pela sua natureza, ou áquella que o seu autor indicar.

A. — Que é *Comissão*, professor?

P. — *Comissão* é a reunião dalguns membros do Congresso, encarregados de dar pareceres sobre os projectos apresentados, para que os mesmos sejam ou não discutidos pelo Congresso.

Tanto na Camara como no Senado, nós temos Comissões de Hygiene e Instrucção Publica, de Fazenda, de Justiça etc. Si um deputado ou senador apresenta um projecto de lei sobre Instrucção Publica, esse projecto irá primeiramente para . . . Quem é capaz de dizer?

A. — Para a Comissão de Instrucção Publica.

P. — Muito bem. As Comissões têm 15 dias para dar o seu parecer sobre o projecto, podendo emendal-o ou não e até rejeital-o totalmente. Findo o prazo, com ou sem parecer da Comissão, entrará o projecto na ordem dos trabalhos, si assim fôr resolvido pela respectiva Camara.

Este é o primeiro periodo — *o de iniciativa ou proposta.*

Vamos estudar agora o segundo periodo — *o da discussão e adopção ou approvação.*

Uma vez incluído o projecto de lei na ordem dos trabalhos, entra elle logo em discussão.

Nenhum projecto de lei será approvedo sem ter sido discutido tres vezes. Exceptuam-se os que versarem sobre aposentadorias, refórmas, jubilações e licenças a funcionarios publicos, os quaes só terão uma discussão, que corresponderá á segunda.

Supponhamos que o projecto de lei apresentado á Camara, reformando a Instrucção Publica, foi discutido tres vezes e approvedo. Neste caso, passará á outra casa, isto é, ao Senado. Ahi, elle será discutido tres vezes, tambem. Si o Senado rejeitar o projecto, elle não poderá mais sêr discutido na mesma sessão legislativa. O mesmo se daria, si tambem elle fôsse rejeitado pela Camara iniciadora. Si o Senado emendar ou alterar as disposições do projecto, elle será enviado novamente á Camara iniciadora, que poderá acceitar ou não as emendas.

A. — E si a Camara rejeitar as emendas, que acontecerá, professor?

P. — O projecto voltará ao Senado, e si as alterações que foram feitas, postas a votação, forem approvedas por dois terços dos votos dos membros presentes, serão mantidas. O projecto assim emendado, voltará á Camara iniciadora, que só poderá

rejeitar as emendas, por egual maioria de dois terços dos votos dos membros presentes.

Findas as discussões e votações do projecto, a ultima Camara que houver conhecido do mesmo, envial-o-á ao Poder Executivo, para *sancção*, *promulgação* e *publicação*. Entrará desse modo o projecto em seu terceiro periodo de formação.

Por hoje, é bastante. E' tempo de estudarmos outra materia.

Na proxima aula estudaremos o terceiro e o quarto periodo da formação das leis.

PHYSICA

THERMOMETRO

Desde o Jardim da Infancia tem a criança oportunidade para comparar e medir. Terá medido a altura de seus companheiros, sua sala etc; conhecerá o metro e o litro; terá, emfim, idéa de medida. Compreenderá que não póde comprar fitas aos litros, nem assucar aos metros. Estará em certo tempo apta a aprender a medir a temperatura, a lêr o thermometro.

Alumno. — Como está quente, hoje!

Professor. — Como sabe você que está quente? Como sabemos quando está frio?

A. — Sentimos.

P. — Nosso corpo sente o calor ou o frio, de modo que, no verão, estamos constantemente querendo nos refrescar e, no inverno, nos aquecer. Mas o corpo não nos diz exactamente a intensidade da temperatura; não mede o calor ou o frio. Como saberemos a medida exacta do calor?

A. — Não se o mede com o metro.

A. — Nem com o litro.

A. — Com o que será, então?

P. — Em vez de medir, como temos medido as fazendas aos metros, e os generos aos litros, usamos este instrumento chamado *thermometro*. (Mostra.) Com elle se mede, aos *grãos*, em vez de sêr *aos metros* etc. Dizemos, por exemplo, que a temperatura hoje está a 26 *grãos*. Venha vêr, Armando. (Mostra.)

A. — Aqui é 20.

P. — E mais 1, 2, 3, 4, 5, 6.

A. — São 26 *grãos*.

A. — E' esse fiozinho de prata que marca, não é?

P. — Isso não é prata; é mercurio. O nivel do mercurio nos diz a temperatura.

A. — (Segurando um *thermometro*.) Como o mercurio sóbe, quando eu seguro aqui!

A. — Porque é que sóbe?

P. — Porque o calor da mão aquece o mercurio, e você já sabe que todo o corpo aquecido dilata-se, expande-se, torna-se maior.

A. — Então, quando faz muito frio, o mercurio fica aqui embaixo?

P. — Sim. Este inverno esteve quasi no zero.

A. — Quem seria que inventou esse instrumento, o *thermometro*?

P. — O primeiro instrumento foi feito por Galilêo, ha mais de tres seculos. Não era igual a esses que usamos hoje. Era um *thermometro* de ar, mas o principio era o mesmo: *medida do calor pela dilatação dos corpos*. Depois de Galilêo, muitas especies de *thermometros* têm sido feitas. O *thermometro* de mercurio, que usamos, é chamado *thermometro centigrado*.

A. — Porque marca até 100 *grãos*?

P. — Justamente. Mas ha outros que têm 80 *grãos* e ainda outros que têm 212.

A. — Como é que são feitos?

P. — Toma-se um tubo fino de vidro, de paredes espessas e de diametro uniforme, terminando com um reservatorio para o mercurio. Fervendo-se o mercurio, consegue-se extrair o ar do vidro.

O zero é obtido, collocando-se o mercurio no gelo moido,

e *cem* é o ponto a que sóbe o mercurio quando em contacto com os vapores da agua em ebulição.

A. — E os outros grãos?

P. — O espaço entre o *zero* e o *cem* é dividido em 100 partes eguaes; cada parte constitue 1 grão.

A. — E' preciso cuidado com a fabricação dos thermometros?

P. — Muito, especialmente com os usados pelos medicos, para saberem o calor do nosso sangue.

A. — Porque?

P. — Porque uma pequena differença no thermometro não accusa o verdadeiro grão de calor; e isso é de grande importancia para o tratamento da molestia; para o medico poder applicar bem os medicamentos etc.

GEOMETRIA

(CLASSE PRINCIPIANTE)

TRAÇADO DA CIRCUMFERENCIA COM O BARBANTE E COM O COMPASSO

O "*aprender a fazer, fazendo*" deve sêr a base desta lição.

O mestre terá o cuidado de obter um compasso para cada um de seus alumnos, ao ensinar-lhes o modo de traçar a circumferencia.

Quanto ao traçado com o barbante, o melhor é leval-os para o recreio, munidos de pedaços de barbante e estaquinhos. Dois a dois, auxiliando-se, traçarão melhor a circumferencia segundo este processo.

Professor. — João, venha ajudar-me a cortar estas folhas de papel. E você, Luiz, tome esta tesoura e corte este novelo de barbante em 45 pedaços deste tamanho.

A. — O senhor quer que distribua o papel pelos collegas?

A. — E o barbante tambem?

P. — O barbante deixe aqui em cima da mesa; quanto ao papel, pôde dar uma folha a cada alumno . . . Que estão falando?

A. — Eu perguntei para que servirá este papel, quasi papelão.

A. — Eu respondi que de certo o senhor vae nos ensinar a fazer algum brinquedo.

P. — E' quasi um brinquedo o que vocês vão fazer. Trouxeram os compassos, como os avisei hontem?

A. — Eu me esqueci.

A. — Eu não pude compral-o.

P. — Felizmente, ha aqui muitos, para serem emprestados.

A. — O meu não tem logar para o lapis.

P. — E' facil arranjar; amarre esta pontinha de lapis nessa extremidade, mas bem forte. Todos têm agora compasso e papel?

A. — Temos.

P. — Não fazer o que eu fizer no quadro-negro. Que foi?

A. — O senhor traçou uma cruzinha.

P. — Façam tambem dois risquinhos nas suas folhas de papel. E agora?

A. — Abriram-se as pernas do meu compasso!

P. — Fizeram o mesmo?

A. — O meu compasso está duro; não se abre.

A. — O meu é molle demais.

P. — (Acudindo a este e áquelle.) Levantem os compassos. Abra mais um pouco o seu, Ruy; feche mais etc. Olhem bem o que eu estou fazendo. Que devem fazer?

A. — Firmar uma ponta do compasso bem no meio da cruzinha.

P. — E com a outra extremidade traçar, assim, a circumferencia. Experimentem.

A. — O meu compasso sahiu do logar.

P. — Recomecem ainda, uma, duas, tres vezes, quantas, em fim, fôr preciso. Quero uma circumferencia bem traçada.

A. — E os barbantes vão ficar para outra lição?

P. — Ficam, sim, porque apenas tres ou quatro alumnos conseguiram traçar uma circumferencia bem feitinha.



HYGIENE

CUIDADOS NECESSARIOS PARA EVITAR AS MOLESTIAS CONTAGIOSAS E INFECCIOSAS. — *O trachoma.*

Professor. — Vocês estão vendo aqui estes pobres homens, quasi cegos? Sabem o nome da terrivel doença que lhes atacou os olhos?

Alumno. — Não, professor; eu não sei.

A. — A horrivel enfermidade chama-se *trachoma*, e nos veiu da Europa.

A. — Quem na trouxe da Europa, professor?

P. — Foram os immigrants dos paizes onde o mal é endemico, como a Italia. Os syrios e japonezes tambem foram o vehiculo do *trachoma*.

A. — O *trachoma* existe em todo o nosso Estado, professor?

P. — Não. Felizmente as zonas á beira-mar e as do norte estão quasi livres desse grande mal.

A. — O *trachoma* deixa a gente cega, professor?

P. — Não sendo a pessoa bem tratada, fatalmente ficará cega.

A. — E é uma molestia contagiosa, professor?

P. — Muito. O contagio é *directo*, quando estamos em contacto com o doente, e *indirecto*, quando adquirimos a doença por intermedio de objectos contaminados, toalhas, lenços, bacias de rosto etc. Devemos, portanto, evitar de pegar nesses objectos, bem como nas mãos dos doentes de *trachoma*.

A. — Porque, professor? Porque não lhes pegar nas mãos?

P. — Porque suas mãos estando sempre em contacto com os olhos, para protegel-os da luz que tanto os incommoda, são a fonte mais commum de contagio.

A. — E porque o governo deixa entrar no Brasil pessoas atacadas de *trachoma*?

P. — O nosso governo não só prohibe a entrada dos *trachomatosos*, como tambem a de todas as outras pessoas atacadas de molestias contagiosas, como: variola, grippe, febre amarella

etc. Mas, a fiscalização, por mais rigorosa que seja, sempre tem as suas falhas. Por isso, muitas vezes acontece passar, sem reparo da policia sanitaria, uma pessoa acommettida de molestia contagiosa ou infecciosa.

A. — Não haverá um meio de acabar com essa triste molestia, professor?

P. — E' necessario impedir a entrada de novos doentes; estabelecer postos medicos onde profissionaes oculistas possam attender aos enfermos. Em nosso Estado o governo mantém diversos postos medicos.

A. — Quaes os remedios que são empregados contra o trachoma, professor?

P. — A medicina tem usado o nitrato de prata, o azul de methyleno, sulfato de zinco, sublimado, nitrato-acido de mercurio, sulfato de cobre etc.

A. — Como se chama o microbio do trachoma, professor?

P. — Elle ainda não é conhecido, meu pequeno.

A. — Ha muito tempo que essa doença existe entre nós, professor?

P. — Não. Ella se propagou nos ultimos annos, pois em 1884 o Dr. Gad, que clinicou entre nós, affirmou, no Congresso de Copenhague, não a ter aqui observado. Em 1911, porém, mais de 64% dos doentes de olhos recolhidos á Santa Casa, eram trachomatosos.

Tenham muito cuidado, meus meninos; procurem evitar tão horrivel doença.

Na proxima lição sobre Hygiene, havemos de falar doutras molestias.





PEDOLOGIA

EVOLUÇÃO PSYCHICA DA CRIANÇA

(HENRI BOUQUET. — Trad.)

(*Continuação*)

3. — O GOSTO E O OLFAC TO

O olfacto não é mais desenvolvido do que os outros sentidos no recém-nascido, e requer como elles um tempo relativamente longo para sêr realmente impressionado.

Durante quasi um anno, algumas vezes mais, raramente menos, as impressões doces e agradaveis não são percebidas pela criança.

Póde-se lhe apresentar a mais perfumosa flôr sem que ella pareça sentir-lhe o perfume. Contenta-se em olhal-a, si offerece côres agradaveis ou pelo menos vivas; leval-a-á aos labios, mas ao leval-a ao nariz, não manifestará nenhum prazer.

Parece que as impressões sensoriaes seguem uma lei com mum, que põe a criança em estado de receptividade maior e sobretudo mais precoce para as desagradaveis. E' assim que um observador notou uma criancinha de oito horas manifestar repulsão pelo seio de sua mãe cheirando a kérozene, emquanto tomava com gosto o outro seio que não tinha o mesmo cheiro.

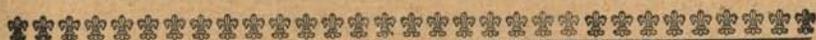
O gosto segue, naturalmente, a evolução do olfacto, pelo menos quanto ás substancias perfumadas na apreciação das quaes este ultimo desempenha o principal papel. Quanto ás substancias salgadas ou assucaradas, a criança reage com bastante rapidez. Sabemos, com effeito, a impressão desagradavel que se nota nas crianças com o sal do baptismo catholico, collocado em sua lingua. Ninguem ignora, pelo contrario, o gosto

natural das crianças pelas substancias assucaradas. O leite do seio ou da mamadeira poderia sêr aqui tomado como exemplo, mas parece que haja nisso um facto mais complexo do que se apresenta á primeira vista. Ao leite se liga, fóra de toda duvida, uma associação de idéas entre a acção de mamar, a côr branca do liquido (na mamadeira) e o cessar da sensação desagradavel da fome. A criança deseja sua mamadeira, porque esta contém o que muda logo a sua fome numa sensação agradável.

O que prova muito bem, em todo caso, que o proprio gosto, ou pelo menos a fineza do gosto, entra muito pouco no desejo de mamar, é a facilidade com que a maior parte das crianças aceitam a mudança de leite sem manifestar nenhuma repugnancia pelo gosto notavelmente differente. Apenas poderia haver uma excepção a esta regra no que diz respeito a certos leites muito cheirosos ou de odor relativamente desagradavel, tal como o leite de cabra. Ainda assim, muitas crianças não têm nenhuma difficuldade para acceital-o. Uma outra prova do mesmo genero resulta da facilidade com a qual no tratamento das gastro-enterites da primeira idade, faz-se a criança acceitar agua assucarada e até pura pela qual se substitue o leite durante os primeiros dias, ou o caldo de legumes cujo gosto de modo algum lembra o do leite.

Ainda poder-se-ia invocar o facto de, num certo numero de doenças das criancinhas, fazel-as absorverem no leite, remedios cujo gosto pronunciado e especial deveria repugnar-lhes.





LIÇÕES DE COISAS

LEGUMES E HORTALIÇAS

Alumno. — (Lendo.) “Os legumes e as hortaliças constituem excellente alimentação.”

A. — Então, *legumes* não são a mesma coisa que *hortaliças*?

Professor. — Em geral, applicam-se indifferentemente estas duas palavras. Legumes são hortaliças, mas nem toda hortaliça é legume. A palavra *hortaliça* vocês todos sabem o que quer dizer. Você sabe, Arthur?

A. — Sei, sim, senhor. Hortaliça é planta que se cultiva na horta, não é?

P. — Justamente. De certas hortaliças aproveitamos as folhas. Vocês vão dar-me algumas dessas.

A. — A couve.

A. — O repolho.

A. — O espinafre.

A. — O agrião.

A. — A alface.

A. — A mostarda.

P. — De outras hortaliças comemos as flôres. Dê-m-me os nomes dalgumas.

A. — A couve-flôr.

A. — Os brócolos.

A. — A alcachofra.

P. — De outras hortaliças comemos a raiz. Conhecem algumas?

A. — As cenouras.

A. — Os nabos.

A. — As beterrabas.

A. — Os rabanetes.

P. — Outras hortaliças ha de que aproveitamos o fruto.

A. — A abobora.

A. — A moranga.

A. — O tomate.

A. — O chuchú.

P. — De outras hortaliças aproveitamos só as sementes.

Estas é que são os verdadeiros legumes.

A. — Então, o feijão é legume.

A. — A ervilha é legume.

A. — A fava é legume.

P. — Muito bem! Dos legumes tambem podemos comer as vagens, as capsulas em que são encontradas as sementes.

A. — Mas, só quando são bem novinhas, bem tenras, não é?

P. — Sim, porque depois de seccas, ficam rijas e duras.

A. — O quiabo tambem é legume?

P. — E' legume que só é utilizado para alimentação, quando a vagem é nova.

Si as leguminosas forem plantadas em terreno arenoso, não se desenvolvem; definham e morrem.

A. — Precisam, portanto, de terra de boa qualidade, não é?

P. — Justamente... Voltemos agora ao que você estava lendo, Antonio.

A. — (Relê.) “Os legumes e as hortaliças constituem excellente alimentação.”

P. — Dizemos que alguma coisa constitue boa alimentação, quando fornece ao organismo as substancias necessarias ao seu bom funcionamento.

A. — E as hortaliças nos fornecem tudo isso?

P. — Sim; as verduras nos fornecem bons elementos para a nossa saude.



A ARDOSIA

Alumno. — Mamãe disse que, quando ella andava na escola, usavam pedras em vez de papel.

A. — Oh! como eu gostaria de escrever na pedra!

Professor. — Porque?

A. — Porque da pedra pôde-se apagar facilmente qualquer coisa que esteja errada.

P. — Sim?! . . . Pois eis, justamente, um dos motivos por que se aboliu a pedra na maioria das escolas. A facilidade de apagar, acostuma as crianças a escrever sem cuidado; além disso, para apagarem, usam passar o dedo na boca e depois na pedra — o que é uma coisa prejudicial e feia.

A. — Que coisa feia, mesmo!

A. — Mas, si nós usassemos sempre esponjas para apagar?

P. — Sim . . . mas as pedras ou ardosias na sala de aula ainda têm o grande inconveniente do barulho que produzem. Demais, o que se escreve na ardosia apaga-se, e no papel fica guardado, registrado.

Aqui (mostrando) temos uma *ardosia*, que vocês chamam . . . como, Antonio?

A. — Pedra.

P. — Portanto, já sabem que a ardosia é uma pedra. A's vezes, são encontradas montanhas de ardosia. E' extrahida em blócos muito grandes. Para isso é necessario fazer a exploração nas pedreiras.

A. — Quanto trabalho!

P. — O trabalho maior já teve a natureza na formação da ardosia.

A. — Como, assim?

P. — Pois essa ardosia foi formada aos poucos, em camadas, no fundo dos mares.

Passe, Alvaro, a sua mão aqui pela ardosia, e diga-me o que notou nella.

A. — E' lisa, bem lisinha!

P. — Esta, além de sêr lisa, ainda foi lixada, polida. Si não fôsse bem lisa, não seria utilizada para nella se escrever.

- A. — E' fria.
- P. — E que côr tem ella, Americo?
- A. — E' preta.
- P. — E estas? (Mostra ardosias de differentes tons.)
- A. — Tambem é ardosia?
- P. — E', sim.
- A. — Esta é cinzenta.
- A. — E esta, tão bonita, é de um cinzento azulado.
- P. — Para nellas se escrever são preferidas as bem escuras.
- A. — Para a escrita melhor se destacar, não é?
- P. — Sim... Examinem a ardosia, aqui onde está quebrada.
- A. — E' composta de camadas finas.
- P. — As pedras de escrever são finas e leves. Aperte o dedo contra esta cera, Augusto. Que sente, você?
- A. — E' molle.
- P. — Agora, contra a ardosia.
- A. — E' dura.
- P. — (Deixando cair ao chão um pedaço de ardosia.) Que aconteceu?
- A. — Quebrou-se.
- A. — Com que facilidade!
- P. — Sim, a ardosia é bem fragil, bem quebradiça. E' esta outra razão porque o seu uso foi abolido das escolas. (Pondo atraz da ardosia um lapis ou outro objecto qualquer.) Vê você o que está atraz da ardosia?
- A. — Não vejo, porque a ardosia é opaca.
- P. — (Despejando agua sobre a ardosia.) A agua passou do outro lado?
- A. — Não passou.
- P. — Então, a ardosia é... o que?
- A. — (?)
- P. — Ouça bem: é *impermeavel*... Vejamos si Armando pôde agora nos dizer todas as qualidades que a ardosia tem?
- A. — E' *lisa, escura, leve, dura, quebradiça, opaca e impermeavel*.
- P. — Muito bem. Por sêr impermeavel, é a ardosia empregada para cobrir casas, em substituição ás telhas.

A. — Mas aqui, não.

P. — Aqui não é muito commum.

A. — Para que mais serve?

P. — Para calçadas, banheiros, tumulos etc. Os lapis usados nas ardosias tambem são da mesma pedra, porém menos dura.

PARTES EXTERIORES DO CORPO HUMANO

(CLASSE PRINCIPIANTE)

Professor. — Quem sabe me dizer como se chama a parte de dentro duma casa, duma laranja, dum animal, dum vegetal etc? Fale você, Nogueira.

A. — (?)

P. — Preste atenção: chama-se parte *interna* ou *interior*.

A. — Sim, senhor. E a parte de fóra, professor?

P. — Essa chama-se parte *exterior* ou *externa*.

A. — Agora, sei. Não hei de me esquecer.

P. — Muito bem. Você, Gastão, é capaz de me dar algumas partes exteriores do seu corpo?

A. — Sim, senhor: cabellos, olhos, nariz, ouvidos, boca, labios, mãos, pés, unhas...

P. — Perfeitamente; é o bastante... Para que servirão os cabellos, Malvino?

A. — Para cobrirem a cabeça.

P. — Ou melhor, para cobrirem o craneo, que é uma parte da cabeça, pois a cabeça comprehende tambem todo o rosto, não é assim?

A. — E' verdade; o senhor já nos ensinou isso.

P. — Como pódem sêr os cabellos, Rafael?

A. — Lisos, crespos, pretos, brancos, louros, avermelhados...

P. — Perfeitamente. Vocês devem lavar sempre os cabellos, pelo menos uma vez por semana. Não usem preparados, oleos, banhas etc., que só servem para estragal-os. A melhor

loção é a agua pura e fria. Ha muita gente que pinta os cabellos de preto, louro etc.; não façam nunca isto, pois além de sêr feio, ainda as tinturas quasi sempre fazem mal á saude ... Ouviram?

A. — Sim, senhor. Eu acho que todos ouviram.

P. — E os olhos, Lafayette, para que servem?

A. — Para nós enxergarmos.

P. — Sim. São, por isso, os orgams da vista ou visão, não é assim? De que côres pôdem sêr elles, Marques?

A. — Azues, pretos, castanhos e esverdeados.

P. — Respondeu bem, Marques. Continuem attentos. Esta parte que sóbe e desce, quando piscamos, chama-se *palpebra*, e os pellinhos que estão em sua extremidade denominam-se *pestanas*. Estas servem para proteger os olhos contra a poeira, particulas de cisco etc. Quem sabe me dizer o nome dos pellinhos que não deixam o suôr da fronte correr sobre as palpebras? Fale você, Jorge.

A. — Chamam-se *sobrancelhas*.

P. — Muito bem ... As pessoas que não enxergam, são ... Quem sabe?

A. — Os cêgos.

P. — Exactamente. Os cêgos pôdem assim nascer, ou assim ficar em qualquer tempo, por motivo de doenças nos olhos. Tenham, pois, muito cuidado com os olhos, meus amiguinhos, pois os cêgos apesar de poderem aprênder a lêr, tocar qualquer instrumento, tecer etc., devem sêr muito infelizes!

A. — E' verdade! ... Coitados!

P. — Para que servem os ouvidos, Virgilio?

A. — Para nós ouvirmos.

P. — São, portanto, os orgams da *audição* ... E esta parte, aqui, que os seus papás ás vezes torcem um bocadinho, como se chama? Quem sabe?

A. — Orelha ... mas meu pae não m'a torce, não!

P. — Bem bom; é signal de que você não precisa desse castigo, mas alguns travessos ás vezes bem o merecem ... O pavilhão do ouvido, isto é, a orelha serve ... serve ... vejamos quem sabe?

A. — (?)

P. — Ninguém sabe? Vou dizer. Serve para se receber melhor o som.

As pessoas que não ouvem, chamam-se . . . como se chamam mesmo, Antonio?

A. — Surdas.

P. — Vejamos agora o nariz, Lorival. Para que serve o nariz?

A. — Para respirarmos e sentirmos o cheiro das coisas.

P. — Sim. E' o organo do *olfacto*, entendeu? E a boca, para que serve?

A. — Para respirarmos, introduzirmos os alimentos, para falarmos . . .

P. — As pessoas que não pódem falar, chamam-se . . . Agora é o Luiz quem vae dizer.

A. — São os mudos.

P. — Dentro da boca, o que temos Luiz?

A. — Lingua e dentes.

P. — Muito bem. Como se chamam as partes que estão ao redór da boca, Nicolau?

A. — Beiços.

P. — Não se diz *beiços* e sim *labios*, que são dois: o superior e o inferior. Sobre o labio superior os homens têm uma coisa que hoje quasi todos raspam e que se chama . . .

A. — Bigode.

P. — Sim. Onde é que você encontra as unhas, Borba?

A. — Na ponta dos dedos dos pés e das mãos.

P. — Ellas são destinadas a proteger os dedos. Devemos trazel-as sempre cortadas, limpas e, si possivel fôr, polidas. Para que servem os braços e as mãos, Braulio?

A. — Para trabalharmos.

P. — E as pernas e os pés?

A. — Para andarmos.

P. — Muito bem. Creio que vocês todos já sabem quaes são as partes exteriores do corpo humano, não é verdade? Logo estudaremos cada uma dellas, separadamente.



A CASTANHA DO PARÁ

Alumno. — O homem do armazem onde compramos, deu-me isto (mostrando umas castanhas do Pará) e disse que se come. O senhor conhece? Posso comer, professor?

Professor. — São castanhas do Pará. Póde comel-as, sem susto.

A. — Crescem no Pará?

A. — Eu nunca vi dessa castanha.

P. — Essa castanha é muito conhecida e apreciada no estrangeiro, onde é chamada *noz do Brasil*; é mais uma das nossas riquezas, que nos são quasi desconhecidas. Você, Alberto, vae nos dar essas castanhas para podermos estudal-as.

A. — Pois não!

A. — Vamos abril-as para vêr como são por dentro?

P. — Justamente. Peça um martelo ao servente.

A. — Como é dura a casca!

A. — Dentro parece côco.

P. — Reparta-as, aos pedacinhos, com os seus collegas. Vamos fugir um pouco da nossa disciplina escolar e comer em aula.

A. — (Provando.) Tem gosto de côco.

A. — E' melhor! Tem melhor sabor!

P. — E' uma das nozes mais duras de se partir, mas em compensação é uma das mais gostosas.

A. — Devia chamar-se côco do Pará.

P. — Mas não é côco; ella não pertence á familia dos coqueiros. Cresce no alto duma gigantesca arvore que chega ás vezes a ter 50 metros de altura.

A. — Que colosso!

A. — Ha de sêr difficil trepar numas arvores tão altas, para apanhal-as.

P. — A colheita, pelo contrario, é facil, mas ao mesmo tempo, perigosa.

A. — Como é que póde ser facil e perigosa?

P. — E' facil, porque, quando a fruta está madura, cée por si mesma; é só erguel-a do chão. E' perigosa, porque, ima-

ginem vocês, dentro duma só fruta, que os naturaes chamam *ouriço*, ha de 15 a 30 dessas castanhas que se accommodam numa outra casca redonda, semelhante a um côco, mas muito maior e muito mais dura.

A. — A castanha já é tão dura! Para que quer ella mais a protecção dessa segunda casca?

P. — E' o que tambem perguntam os naturaes quando levam com uma na cabeça.

A. — Devem sêr bem pesadas!

P. — Pesam de um a dois kilos. Ahi é que está o perigo, especialmente quando venta; ninguem então vae embaixo das arvores. Depois que todas as frutas cáem das arvores, fazem a colheita. Fazem-se estradas que vão ter a milhares de castanheiros onde dois homens apenas pôdem colher uma média de mil barricas em cada estação.

A. — E quando é que fazem a colheita?

P. — Os castanheiros carregam e frutificam de outubro a dezembro, e deixam cair os frutos de janeiro a março. E' nesta epoca que se effectua a colheita.

A. — E que colheita!

P. — E' verdade. As castanhas são exportadas em grande quantidade e a sua producção parece quasi que inexgotavel.

A. — Então, a castanha deve dar muito lucro ao Estado do Pará?

P. — E' uma das grandes riquezas desse Estado. Da sua amendoa se extráe um oleo muito fino e agradável. Quando novas e frescas, as castanhas contêm muito leite que é aproveitado para mingaus, doces etc.

A. — Que boa coisa é a castanha do Pará, e nós não a conheciamos!

P. — A sua producção, quasi que total, é exportada principalmente para a Inglaterra, que depois nol-a revende. Ainda ha outra castanha bem semelhante a essa do Pará: é a *sapucaia*. Cada *sapucaia* tem o tamanho da cabeça duma pessoa.

A. — Essa ha de matar quando cair na cabeça de alguem!

P. — A casca exterior abre-se quando a sapucaia amadurece, deixando cair as castanhas ao chão.

A. — Ha dessas nos armazens?

P. — Ellas raramente apparecem no mercado, pois sendo a sua casca pouco resistente, os macacos e passaros devoram-n-as á medida que cáem.

A CORTIÇA

Professor. — (Tendo na mão uma rolha de cortiça.) Conhecem este objecto?

Alumno: — Isso é uma rolha.

P. — Sim: é uma rolha, mas sabem de que é feita esta rolha? sabem donde ella provém?

A. — Nós já aprendemos que a esponja é producto animal. A rolha tambem virá dum animal? E' parecida um pouco com a esponja.

P. — A rolha não é producto animal.

A. — Então, o que será?

P. — A rolha vem da *cortiça*, isto é, da casca duma certa arvore.

A. — Ah! Então, é vegetal?

P. — Justamente. Mas, o que tem a cortiça de parecida com a esponja?

A. — A rolha é *porosa*. Tem uma porção de póros bem visiveis, como a esponja.

A. — E' *leve*, como a esponja.

P. — Que outras qualidades tem a cortiça?

A. — Póde sêr apertada com facilidade.

P. — Então, diz-se que é *compressivel*. E depois de comprimida, ella não poderá voltar com facilidade ao seu primitivo estado?

A. — Póde, sim.

P. — Então, que outra propriedade tem a cortiça?

A. — E' *elastica*.

A. — Queima-se com facilidade.

P. — Sim. E' *inflammavel*.

A. — Não tem gosto nem cheiro.

P. — Uma das suas melhores qualidades ainda ninguem disse.

A. — Qual é?

P. — E' *impermeavel*, isto é, os liquidos não a atravessam.

A. — Nisso é bem differente da esponja!

P. — Bem observado! . . . Muito bem, Joaquim! . . . E por sêr impermeavel, leve, inodora e sem sabor, que a cortiça é aproveitada para o arrolhamento. E para o que mais nos utilizamos da cortiça?

A. — Papae tem uma tira de cortiça como forro dum chapéo.

P. — E' para proteger o chapéo do suór da cabeça.

A. — Em Santos, vi os pescadores collocarem bóias de cortiça, nas rêdes.

A. — Vovó tem palmilhas de cortiça nas chinelas.

P. — O seu uso mais extensivo é para arrolhamento e para fabricaçào de salva-vidas e cintos de nataçào.

A. — A casca de qualquer arvore dá cortiça?

P. — Não. Ella vem duma arvore especial — uma arvore muito parecida com o carvalho.

A. — Como se chama?

P. — E' o *sobreiro* ou *sobro*.

A. — Eu não conheço.

A. — Nós temos sobreiros?

P. — Não. E' uma arvore natural das costas do Mediterraneo. Venha Arthur, vêr no mappa e nos dizer em que paizes deve haver sobreiros?

A. — (Olhando o mappa.) Portugal, Hespanha, França, Italia e os paizes das costas septentrionaes da Africa.

P. — Muito bem! Essa arvore chega 'a sêr muito velha. Só depois que tem de quinze a vinte annos é que começa a sêr descortiçada.

A. — E como é que se descasca a arvore?

P. — Corta-se a casca em toda a extensão do tronco, tendo-

se cuidado em desprendel-a do resto da arvore sem offender a madeira.

A. — Porque?

P. — Para crescer cortiça outra vez.

A. — E como é que fazem para a cortiça não se enrolar?

P. — Queima-se ligeiramente de um lado a cortiça, e depois de achatada colloca-se-a entre pesos ou em prensas. As ro-lhas são cortadas no sentido do comprimento da cortiça.

A. — Porque?

P. — Para que os póros fiquem em tal disposição que as tornem bem impermeáveis.

OS PERFUMES

(*Sobre a mesa, diversos vidros de perfumes.*)

Professora. — Você, Jandyra, é capaz de me dizer o que contêm os vidros que estão sobre a mesa?

Alumna. — Parece-me que contêm perfumes.

P. — Porque não affirma o que diz?

A. — Porque é preciso cheirar o liquido, para que pelo olfacto, eu possa affirmar que se trata dum perfume.

P. — Muito bem. De modo que os perfumes se caracterizam pelo seu aroma muito agradável, não é assim?

A. — E', sim, senhora.

P. — Donde extraímos os perfumes, Zoé?

A. — (?)

P. — Vou dizer: das flôres, como a violeta, a rosa, o heliotropio, o jasmim, e outras muitas flôres.

A. — Então, vêm dos vegetaes, não ?

P. — Perfeitamente. As essencias que extraímos dos vegetaes são empregadas na fabricação dos perfumes, aguas de Colonia, loções, tonicos para cabellos, sabonetes, licôres, cosmeticos, doces, pós de arroz etc.

A. — Mas, só das flôres que tiramos essencias, professora?

P. — Não: tambem se tiram das raizes, dos frutos, etc. Ha perfumes de origem animal, porém são de menos importancia e pouco numerosos . . . Em S. Paulo ha alguma fabrica de perfumarias, Cecy?

A. — Ha, sim, senhora, mas já ouvi dizer que os nossos productos de perfumarias não são tão bons como os estrangeiros.

P. — De facto, assim é. Não podemos ainda rivalizar os nossos perfumes, aguas de Colonia, pós de arroz, sabonetes, loções etc., com os productos estrangeiros, principalmente com os francezes, pois é da França que nos vêm as mais caras e agradaveis perfumarias.

O CANHAMO

Alumno. — (Olhando a estampa do canhamo.) Que planta é essa?

A. — As folhas são muito parecidas com as da mandiôca.

A. — Mas, mandiôca não é. Mandiôca não dá esses cachos de flôres.

Professor. — Esta planta é o *canhamo*.

A. — Nunca ouvi falar nessa planta!

A. — Aqui não ha.

P. — Não ha, mas poderia haver, pois é planta de clima temperado ou quente. Ainda mais que o canhamo não é muito exigente: accomoda-se em qualquer especie de terreno.

A. — E para que serve?

A. — Come-se?

P. — A planta não se come, meu guloso; contém uma substancia que exerce influencia nociva sobre o cerebro. A fumaça de suas folhas queimadas e o seu proprio cheiro embriagam.

A. — Então, para que presta o canhamo?

P. — E' uma planta muito semelhante ao linho, comquanto não pertença á mesma familia.

A. — Então, serve para tecidos.

P. — Serve para fabricação de pannos grosseiros e resistentes.

A. — O linho é mais delicado.

P. — Justamente . . . O canhamo serve ainda para tecidos de vélas de navios, tecidos para saccaria, toldos, barracas etc., etc.

Quando o canhamo começa a tornar-se amarello, é preciso cortal-o, seccal-o, debulhal-o e curtil-o.

A. — O mesmo que se faz com o linho?

P. — Sim . . . Os processos usuaes para se obter a fiação do canhamo são quasi que os mesmos empregados para o linho. A filaça do canhamo serve ainda para barbantes, cordas e cabos.

A. — Então, o canhamo deve sêr forte!

P. — As grossas e fortes cordas empregadas nos navios são provas da grande resistencia que tem o canhamo.

A. — Aproveita-se bem o canhamo!

P. — Ainda não é só: a semente tambem é aproveitada.

A. — Para que serve?

P. — E' alimento para as aves domesticas. Em certa parte da Russia os camponezes comem-n-a; e ainda com a semente do canhamo fabrica-se um oleo.

A. — Tambem das sementes do algodão e do linho se extráem oleos.

P. — Quando fresco, esse oleo serve até para temperar saladas. O seu uso principal é na illuminação, pintura e no fabrico do sabão.

A. — E onde é que ha canhamo?

P. — O Egypto, a Prussia, o Piemonte, a França e uma parte da Russia são os paizes onde a cultura do canhamo está mais intensificada.

A. — Eu hei de plantar canhamo e montar uma fabrica de cordas.

P. — Fará muito bem.



O FUMO

Alumno. — E' verdade que o fumo é veneno, professor?

Professor. — Sim: é um terrivel veneno.

A. — Então, como é que tantos homens fumam e não morrem?

P. — Sim, mas ha venenos que não actuam assim tão violentamente; entretanto, prejudicam gravemente a saude. Assim, ha doses de veneno que matam, e doses que não matam. E' o que acontece com o acido carbonico, por exemplo, no ar que respiramos. O acido carbonico é veneno, mas não mata sinão numa certa dose.

A. — E como se chama o veneno do fumo?

P. — O fumo, ou tabaco, é folha de uma planta. Esta folha contém varias substancias, entre outras, uma, muito venenosa: — é a *nicotina*.

A. — Que engraçado!

P. — Esse nome é derivado de *Nicot*, que foi o embaixador que introduziu o uso do fumo na Europa.

A. — Então, na Europa não ha fumo?

P. — Agora ha, mas o fumo é planta da America. De todas as plantas americanas, introduzidas no Velho Mundo, nenhuma é tão popular como o tabaco.

A. — Esquisito, não?

P. — O fumo não é aproveitado nem para a nossa alimentação nem para o nosso vestuario, e antes da descoberta da America nenhum homem civilizado fumava. Espalhou-se e introduziu-se mais rapidamente que qualquer outra planta. E' encontrado entre os selvagens e os civilizados, e onde não pôde sêr cultivado é importado.

A. — No Brasil ha fumo?

P. — Ha e muito.

A. — Cresce até sem se plantar, não é mesmo, professor?

P. — Justamente: é nativo. Os logares de producção mais afamada são: Havana, Brasil, Virginia, Mexico e Ilha de Ceylão. Desenvolve-se com a maior exuberancia em todo o Brasil.

O fumo da Bahia rivaliza com o melhor de Havana. Sua exportação attinge, em condições normaes, a 50.000.000 de kilos annualmente.

A. — Como é aproveitado todo esse fumo?

P. — A maior parte do fumo da Bahia é empregado, em muitas e grandes fabricas, na manufactura de charutos, cigarros etc.

Minas é o segundo Estado na ordem da producção. Este Estado exporta, principalmente fumo picado ou em rolo, não tendo grandes fabricas, mas muitos pequenos manufactores. Uma vez estabelecidas communições mais faceis, Goyaz será um dos primeiros productores de tabaco. Os charutos do Rio Grande do Sul vão encontrando no mercado optima acceitação.

A. — E S. Paulo não produz fumo?

P. — Sim, especialmente os municipios de Tietê e Descalvado. A nossa producção de fumo attinge a 2.700.000 kilos. Mas, voltemos ao veneno do tabaco.

A. — A? nicotina.

P. — Tanto o fumo como o alcool são venenosos, prejudicam a vida.

A. — Algumas pessoas usam mascar fumo.

P. — As pessoas que delle fazem uso, umas o fumam, outras o mascam, e outras ainda o usam como *rapé*.

A. — Rapé tambem é fumo?

P. — E', sim. Não importa que uso a pessoa faça do fumo; os resultados são os mesmos. Naturalmente, quando as folhas são queimadas, transformações chimicas se operam, e basta fumar num cachimbo para sentirmos os effeitos da nicotina e convencermo-nos de que o fumo contém esse veneno. A combustão do fumo transfórma a nicotina em gaz que é aspirado pelo fumante. Sendo uma substancia muito volatil, passa immediatamente da boca ao sangue.

A. — Eu não vou fumar.

P. — Ninguem pôde chamar o fumar de habito natural; ninguem pôde provar que isso faça bem.

A. — E dizem que faz mal ao coração.

P. — Mesmo que não causasse a morte, destróe o gosto e o olfacto, ataca a vista e a memoria, faz mal á larynge e aos pulmões.

A. — E ao bolso.

P. — Ainda que se queira provar que o fumo é inoffensivo ás pessoas adultas, ninguem jámais negará que é extremamente prejudicial ás crianças e aos adolescentes.

Na Inglaterra e nalguns Estados da America do Norte é prohibido por lei o uso do fumo ás pessoas de menos de 16 annos. São presas as pessoas que vendem fumo aos menores.

A. — Seria bom si nós tivéssemos essa lei!

P. — Seria, sim. Mas, será ainda melhor que vocês não fumem, não porque a lei o prohiba, mas porque aprenderam e comprehenderam o mal que o fumo lhes póde causar.

O ORVALHO

Alumno. — José veiu hoje de chapéo novo.

A. — Esqueci no jardim o boné que costume trazer ao Grupo, e hoje cedo encontrei-o todo molhadinho.

Professor. — Mas, não choveu esta noite! Que seria que o molhou?

A. — A neblina.

A. — O orvalho.

P. — Quando é que vemos o orvalho, Augusto?

A. — De manhã, bem cedinho.

P. — Quando é que elle cáe?

A. — (?)

P. — Porque é, Carlos, que sua mamãe não quer que você brinque na grama, á noite, especialmente durante o verão?

A. — Porque a grama está molhada de orvalho.

P. — Sim. Então, quando é que cáe o orvalho?

A. — Durante a noite.

A. — Logo que o sol se põe.

A. — Ao escurecer.

- P.* — E onde é que vemos o orvalho, pela manhã?
- A.* — Na grama, nas flôres, nas arvores e arbustos.
- P.* — Só nas plantas?
- A.* — Tambem nas calçadas, cercas, muros, escadas etc.
- P.* — E como será que o orvalho vae ahi ter? Donde vem elle?
- A.* — Não sei, professor.
- P.* — Não admira você não saber. Levou muito tempo para os sabios descobrirem o que eram aquellas gotinhas de agua que parecem tão simples!
- A.* — Mas, o que são ellas?
- P.* — Sabem que a agua dos mares, rios etc. evapora-se constantemente; portanto o ar, a atmospheria, está cheio de humidade, de vapor de agua.
- A.* — Mas, não se vê.
- P.* — Porque está no estado gazoso. Nunca repararam o que acontece a um cópo, ou melhor, a um jarro com agua gelada?
- A.* — Fica coberto, no lado de fóra, de gotinhas de agua.
- A.* — Principalmente quando faz muito calor.
- P.* — Donde vêm essas gotas de agua?
- A.* — Da agua do jarro?
- P.* — Não, porque o jarro não deixa passar a agua, e as gotas se formam mesmo que elle não transborde.
- A.* — Então, é do ar.
- P.* — Mas, porque é que se formam num jarro com agua gelada e não se formam quando a agua não é gelada?
- A.* — (?)
- P.* — Si você segurar um prato sobre o bico duma chaleira onde haja agua fervendo, o que você nota no prato?
- A.* — Pingos de agua na superficie do prato.
- P.* — Porque é que elles estão ahi?
- A.* — Porque o prato está frio.
- P.* — Então, o que é que os objectos frios fazem ao vapor d'agua?
- A.* — Mudam o vapor em agua.
- P.* — Agora vocês sabem porque é que as gotas de agua se accumulam no exterior do jarro com agua gelada.

A. — Porque a agua dentro do jarro está fria, muito mais fria do que o vapor de agua, no ar. Este vapor, caindo na superficie do jarro, transforma-se em gotinhas de agua.

P. — Agora, Paulo, você vae me dizer porque a relva e as flôres amanhecem, ás vezes, cobertas de orvalho?

A. — Mas, as flôres não estão frias!

P. — Ao pôr do sol, á noitinha, quando estamos nos afastando dos raios solares, a terra começa a desprender o calor accumulado. A humidade, o vapor de agua, no ar, apodera-se desse calor, de modo que o vapor torna-se mais aquecido do que a terra, ou a grama, ou as flôres.

A terra, a grama etc. tornam-se muito frias depois de perderem o calor, e á medida que se esfriam, esfriam o vapor de agua que as rodeia.

A. — Como acontece com o jarro de agua gelada?

P. — Justamente. O vapor arrefecido torna-se agua, liquido, e portanto mais pesado. Cáe em gotas sobre a relva, flôres, teias de aranha etc.

A. — Essas são as gotas de orvalho?

P. — Sim... Quando a differença de temperatura é muito grande, o vapor de agua não fica no estado liquido; vae aléni: torna-se sólido ou semi-sólido.

A. — E' gelo.

P. — Quasi. Então, é geada... A que horas precisamos sair para vêr o orvalho e a geada?

A. — Bem cedo. Depois que o sol sae, a geada e o orvalho desaparecem.

A. — E para onde vão?

P. — Formar novo vapor de agua.

A. — Mas, porque é que, ás vezes, não ha orvalho?

P. — Não ha orvalho, muito menos geada, nas noites sombrias e quentes, nem quando o vento sopra. As nuvens encarragam-se de guardar a terra aquecida.

José poderá achar que o orvalho não é bom, porque lhe molhou o boné, mas a grama e as flôres não são dessa opinião. Como o orvalho as refresca, depois dum dia abrazador!



O SABÃO

Professora. — (Mostra ás alumnas um sabão, sabonetes etc.) Que tenho eu nas mãos?

Alumna. — Um sabão, um sabonete.

P. — Para que serve o sabão, Leonor?

A. — Para lavar roupa, casa, para o nosso asseio etc.

P. — Quaes as qualidades de sabão que vocês conhecem?

A. — Sabão de pedra.

A. — De cinza.

A. — De côco.

A. — De alface.

A. — Sulfuroso.

A. — Russo.

A. — Allemão.

A. — De oleo de palmeira.

A. — De Marselha.

A. — De resina.

A. — De oleo.

A. — Sabão em pó, de barbeiro.

A. — Sabonetes.

P. — E' bastante. O sabão, além de servir para lavar roupa, para o nosso asseio etc., ainda nos serve de medicamento. Assim, o sabão russo, que é liquido, é empregado para combater as dôres rheumaticas; o sabão sulfuroso é utilizado contra as molestias da pelle, e o sabão de pedra é empregado contra alguns tumores. . . Porque será que os sabonetes têm um aroma tão agradável Dinorah?

A. — Porque contêm essencias diversas, conforme o perfume que se lhes queira dar.

P. — Em S. Paulo já temos alguma fabrica de sabão ou de sabonetes, Lucia?

A. — Já temos, sim, senhora, e diversas.

P. — Sabem vocês como se fabrica o sabão e de que substancias?

A. — (?)

P. — O sabão é o producto da combinação de corpos gordurosos com potassa, oleos etc.

A. — E como é fabricado?

P. — Collocam-se as materias graxas, ou gordurosas, dentro duma caldeira que tenha por baixo uma fornalha. Mistura-se a essas substancias uma quantidade de agua e potassa, si se quer o sabão duro.

A. — E para obtel-o mais molle?

P. — Mistura-se um pouco de sóda. Dissolve-se a mistura feita, á temperatura de 100°. Depois, colloca-se o liquido obtido em vasilhas de madeira, lata ou ferro, para esfriar e solidificar-se. Em seguida, corta-se o sabão, dando-se-lhe o tamanho e a fórma que se desejar.

A. — E os sabonetes?

P. — Os sabonetes são feitos do mesmo modo e com sebo, que se derrete melhor, dando-se-lhes, com essencias proprias, o perfume que se pretender.

O azeite é tambem empregado para eliminar o mau cheiro das substancias gordurosas.

A. — Só assim, professora, que se fabrica sabão?

P. — Não; ha outros processos para se preparar o sabão, mas todos elles não são mais do que aperfeiçoamentos dados por machinas modernas.

E é assim que obtemos o sabão e os sabonetes, que nos são tão uteis e que tanto trabalho dão a centenas de operarios.





QUESTÕES GERAES

O CULTO DA BELLEZA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Num dos seus mais palpitantes livros — “Le Crime de Sylvestre Bonnard”, mestre Anatole põe na bocca da personagem principal de sua historia este conceito de extraordinaria latitude:

“Nós nascemos para compreender, sentir e gozar a Belleza. O nosso espirito não foi feito para a dôr ou para o soffrimento e sim para o uso-fruto de tudo quanto é agradável e encantador.”

Entretido sériamente na leitura do romance impregnado de serena philosophia, detive-me no commentario do professor Bonnard e puz-me a reflectir na grande cópia de ensinamento que um pedagogista intelligente poderia extrair dalli. Todo o educador precisa sêr artista. O trabalho de aperfeiçoamento que se faz na criança, não pretende outra coisa sinão iniciar aquella individualidade embryonaria nos encantos que a vida nos faculta. O saber é um gozo.

A educação, no seu triplice aspecto, é um combate methodizado ás imperfeições e hostilidades da natureza.

*
**

Que mostrengo abjecto e revoltante a pedagogia antiga! Que infamante ignorancia o uso da palmatoria e outros castigos não menos repellentes! A criança ia formando da escola — o templo da Belleza — a idéa nefanda dum logar onde se soffre, se é punido cruelmente e, no minimo, se enfastia. Os pequenos, naquelle ambito abafado, mal oxygenado, com pessima ventilação, ante a carantonha nihilista do professor implacavel, creavam na mente a noção da tyrannia e do horror da vida.

Saber, estudar, instruir-se lhes ficavam sendo synonymos de entediarse, intimidarse, soffrer . . .

E a evolução do seu espirito se dava sob uma atmospherã aaziã, entre comprehensões falsas, que o predispunham para o Mal.

*
**

Uma das impressões mais fortes de minha infancia foi quando deixei a sala estreita, com dois bancos compridos, uma *mestra* de oculos e de *bata*, sentada apostolica e severamente numa cadeira de braço, pela camaradagem convidativa duma escola-modelo. Era outro mundo, repleto de novidades, de atrações, de singularidades que berravam como cartazes.

A nova escola — aquella vasta sala onde se encontrava toda a sorte de coisas interessantes — era verdadeiro bazar a cecegar-me a atenção.

Dali começou um novo e florescente periodo na minha infancia. Soube, com muita arte e carinho, a professora que então assumiu as redeas do meu espirito, conduzir-me por um caminho de miragens, de tentações e de contentamento. Sua orientação pedagogica era fundamentada em salutaes sentimentos de Belleza. Assim é mistér que sejam todos os educadores. Não basta a pedagogia moderna ter abolido a palmatoria. Sem a actuação dum professor talentoso e habil, a escola continuará a sêr — não mais sitio do terror — mas ainda o logar do aborrecimento. Cultuar o bello — é o grande principio educativo. Explore-se a fantasia das crianças, ensine-se-lhes a sonhar . . .

A versão de preparar o homem para os pelagos da existencia, saturando-o na dôr e na contrariedade não passa duma aberração de moral antiquada. Seria como o individuo que, para poder resistir ás molestias, fôsse habitar a sala dum hospital. O pobre homem acabaria doente por suggestão. Não é a desillusão precoce que ensina a vencer na vida. O professor, pelo contrario, tem obrigação de fazer de cada alumno um idealista — mostrar-lhe as rampas luminosas a que conduz o saber, e descortinar-lhe o mundo, como um repositório de maravilhas, aos que logrem merecel-as. Que em cada coração infantil

seja plantado o germen do optimismo, estimulante para todas as grandes realizações.

O sorriso e a fé são, ás vezes, armas mais poderosas que a experiencia. Seja cada professor um artista acima de tudo. Seja a instrucção para a criança, um Eldorado.

S. Paulo, 8 - 9 - 925.

BRITO BROCA.

PALESTRA SOBRE ENSINO

(F. PARKER. — "Biblioth. pedagogica," organizada por A. Barreto e J. Stott.)

PALESTRA VII

ENSINO DE LEITURA. — APPLICAÇÃO DE PRINCIPIOS

Nestas desprezenciosas palestras sobre o ensino da leitura, tenho-me esforçado para tornar bem claros os principios em que se baseiam os processos denominados *objectivo*, *palavração*, *sentenciação*, *soletração*, e *manuscrito*, todos praticados já ha muitissimos annos por professores que se persuadiam estar a applicar, no que cada um adoptava, o unico methodo verdadeiro.

Não poderei precisar rigorosamente a data da descoberta de cada um delles; o que sei apenas é que o mais recente conta uns cem annos approximadamente. Ickelsamer, contemporaneo de Luthero, descreve, num livro publicado em 1534, um methodo para ensinar a lêr. Esse é talvez o mais antigo.

O que é factó é que não ha processos novos de leitura, e quem quer que estude a historia da pedagogia verá que só a vaidade poderá attribuir-se a descoberta modernamente de processos novos.

Cada um dos processos a que me referi obedeceu á acção mental que mais impressionou o seu respectivo autor, e só

a uma.

Dahi a improficuidade de todos elles, considerados separadamente, porque essas acções se pódem contar em numero de cinco. Empregar um, com exclusão dos outros, seria, pois, o mesmo que exercitar uma só força mental deixando inactiva as outras quatro.

Disto resulta a grande verdade de que só reunidos — objectivo, palavrção, sentencição, manuscrito e phonico (syllabação e soletração) — é que poderão estes processos produzir o methodo unico e verdadeiro.

Não é preciso dizer que cada um será sómente empregado á sua hora opportuna, isto é, em tempo, logar e proporção apropriados, de modo a despertarem todos e fortificarem as cinco faculdades do espirito.

O methodo unico assim constituido, não é só proveitoso á arte de ensinar a lêr: estende os seus benéficos ao ensino de todas as outras disciplinas.

Todo o ensino moderno póde, pois, em sua justa medida, dizer-se correcto, com uma censura apenas: a de andar deslocado e em confusão.

A *precisão* póde, por exemplo, tomar o logar do desenvolvimento do raciocinio e prejudical-o: este, por sua vez, póde sobrepujar aquella, conforme seja mais trabalhada uma ou outra faculdade.

Um dos maiores deveres do professor, a meu vêr, seria, antes de tudo, procurar conhecer as grandes verdades indicadas por pedagogos e philosophos do passado, e de posse dellas, combinal-as, synthetisal-as, e amalgamal-as numa doutrina, para formar uma sciencia propria destinada ao respectivo ensino.

Vou agora reduzir á pratica o que expuz theoreticamente, na esperança de que concordareis commigo quanto ao facto de se empregarem, como si fossem partes dum só methodo, todos aquelles a que me hei referido.

Quando discutir o ensino da linguagem, darei os exercicios que devem de rigor preceder o da primeira leitura.

Por agora, admitamos que já os fez a criança, achando-se, portanto, preparada para iniciar esta.

Preliminarmente, que fique decidida esta questão: Que palavras deverá aprender primeiro a criança?

Aprender a lêr, diga-se entre parenthesis, é apropriar-se alguém dum certo vocabulario de termos escritos ou impressos.

Sendo assim, eu responderei á pergunta: — A criança deve aprender primeiro as palavras que já conhece, porque é imprescindível que a idéa já lhe exista na mente antes da palavra que a nomeia.

Esta regra, que eu reputo fundamental, precisa sêr cuidadosamente respeitada no curso de toda a instrucção da infancia, podendo-se mesmo affirmar que instruir nada mais é que, primeiro, ampliar o alcance das idéas, e, segundo, relacional-as por modos differentes.

Demais, o valor duma palavra depende inteiramente da idéa que ella representa.

E' da maxima importancia, pois, a cuidadosa escolha do primeiro vocabulario para o ensino inicial da leitura, o qual deverá sêr bem ensinado, pela copiosa repetição, de uso inconsciente da criança.

Em geral, desperdiçam-se muito tempo e muito bom ensino por se não adoptar a regra do *passo a passo*, que conduz a tudo pôder fazer-se com perfeição.

Muito mais importa tornar bem conhecidas vinte palavras, do que duzentas, imperfeitamente.

Não poderá exceder de duzentos termos o primeiro vocabulario, que deverá sêr dado no quadro-negro, em letra manuscrita.

Ao ensinal-o, tres coisas urge não esquecer:

Primeiro: — que cada termo já seja do conhecimento da criança, occupando, assim, o primeiro lugar, as palavras que maior interesse lhe despertem.

Segundo: — que os termos sejam dispostos em grupos, pela sua semelhança phonica, ex.: *pato, gato, rato; pão, mão, cão, meu, teu, seu* etc.

Juntamente com estas, pôdem escrever-se outras dissemelhantes, necessarias para formar sentenças de uso da criança, ex.: *este, esta, chama-se, muito* etc.

O objectivo desta disposição é, como já vos expliquei, tornar mais intensa a lei da analogia, base do methodo phonico.

Devo prevenir-vos, porém, que não despertando o interesse do alumno, tal disposição não precisa sêr rigorosamente seguida.

Cada palavra e cada sentença devem produzir em sua mente uma imagem interessante e cheia de brilho.

Para attingir a este fim, não hesiteis nunca em accrescentar á lista qualquer nova palavra.

Os primeiros termos a ensinar é de rigor sejam os que nomeiam objectos communs, do conhecimento da criança, e animaes domesticos.

Terceira: — A lista deverá tambem conter as palavras empregadas nas primeiras paginas do 1.º livro que a criança vae lêr.

Considerando que o vocabulario já se acha cuidadosamente escolhido; que o professor já se muniu de quinze ou vinte objectos, ou estampas e modelos desses objectos, para auxiliar o aprendizado das quinze ou vinte primeiras palavras; e que, finalmente, os alumnos se acham divididos em grupos de dez ou doze, segundo a sua força intellectual, — dê-se inicio ao trabalho, começando pelo grupo mais intelligente (sem, todavia, dar a endender que assim o considera.)

Cercado então pelo seu grupo de alumnos, em frente ao quadro-negro, o professor mostrará um dos objectos, a bóla, por exemplo, mas sem dizer-lhe o nome.

— Todos vocês conhecem isto que tenho na mão, não é verdade? Como se chama isto, Roberto?

— E' uma bóla.

— Pois o meu giz tambem vae dizer esse nome, ali, no quadro-negro.

E escreverá vagarosamente as palavras — *uma bóla*.

(Os adjectivos — *um, uma* e os artigos — *o, a, os, as* deverão sêr sempre empregados com os substantivos, como si lhes fossem parte integrante.)

Depois de escrever umas quatro ou cinco palavras, collocará sobre a mesa os objectos ou estampas, que as recordam, e mandará que os tomem nas mãos as crianças, sem dizer-lhes

os nomes, mas apontando para cada uma das palavras no quadro-negro, assim:

Traga-me *a bóla.*
Traga-me *o menino.*
Traga-me *o gato.*
Traga-me *o pato etc.*

Levantando depois, um por um, os objectos, perguntará:
 — Como é que o giz chama a isto?
 mandando a criança interrogada apontar para a palavra do quadro-negro que o nomeia.

NOTA. — O professor poderá empregar, com o mesmo successo, brinquedos ou estampas representando, por exemplo, um menino, um gato, um pato, um rato, um pião, uma bóla, uma gallinha, um gallo, um cavallo, um ovo, uma aranha, uma mosca, uma lagartinha etc., que são as palavras empregadas nas primeiras paginas da "Cartilha Analytica," de Arnaldo Barreto, baseada sobre este methodo, e por seu intermedio, ensinar as outras palavras não objectivas que nella se encontram.

Não deverão estes exercicios exceder de dez minutos.

Na lição seguinte mostrará cinco objectos novos, adoptando sempre o mesmo processo.

Então fará a criança segurar dois objectos, um em cada mão, e levantá-los, um de cada vez, á medida que vae escrevendo os respectivos nomes no quadro-negro.

Póde-se seguir este plano, com segurança, até ensinar o nome de todos os objectos escolhidos.

Será conveniente escrever repetidamente taes nomes, afim de que os possam distinguir as crianças, ex.:

<i>a bóla</i>	<i>um gato</i>
<i>o gato</i>	<i>um pião</i>
<i>uma bóla</i>	<i>o pião.</i>

Ao recapitular as palavras, deverá o professor apontar para cada vocabulo do quadro-negro, mandando o alumno segurar o objecto que elle nomeia; depois, indicará cada objecto, man-

dando mostrar seu respectivo nome; e, finalmente, fará cada criança lêr a lista de palavras, sem mais auxilio dos objectos.

Será tempo, então, de ensinar a primeira sentença.

Que o alumno segure um objecto, a bóla, por exemplo:

— Que objecto é esse?

— Isto é uma bóla.

Escrever-se-á, então, a sentença, no quadro-negro, dizendo:

— O giz vae repetir o que você acaba de dizer. Que é que disse o giz?

Alçando o objecto, dirá a criança:

— Isto é uma bóla.

Substituindo-se a palavra *bóla* por cada uma das outras palavras que a criança já conhece, obter-se-á uma lista de sentenças que poderão sêr lidas de primeira vista, ex.:

Isto é um gato.

Isto é um cavallo.

Isto é um menino etc.

Troque-se a ordem das sentenças, collocando-se, sobre a mesa, os objectos, na mesma disposição em que estiverem escritas as sentenças, mandando lêl-as á proporção que fôr indicando aquelles; mude-se a ordem dos objectos, e faça-se lêr de novo cada sentença, ao mesmo tempo que a criança segure o objecto a que ella se refere. Ponha-se no plural o nome do objecto de cada sentença, empregando-se as palavras — *estes, aquelles, aqui, ali, aqui está, ali está etc.*, ex.:

Este é o gato.

Aquella é a bóla.

Estes são os gatos etc.

Façam-se perguntas como estas:

— Onde está o pião, a bóla? etc., para conseguir-se o seguinte resultado:

O pião está aqui.

A bóla está ali etc.

Escrevam-se no quadro-negro as perguntas e as respostas successivamente, mandando que as crianças as leiam.

- *Onde está a bóla?*
- *Aqui está a bóla.*
- *Onde está o menino?*
- *Aqui está o menino etc.*

NOTA. — Feitos estes exercicios, já se póde preparar os alumnos para as primeiras lições da "Cartilha Analytica," de Arnaldo Barreto. Figure-se que o objecto, representando um menino, a que se deverá dar um nome, — como tambem ao gato, ao cão, á vacca, ao cavallo, á gallinha, á menina, ao gallo — é dono dos outros objectos, e conduza-se a criança á construcção de novas sentenças, que devem sêr sempre escritas no quadro-negro. Ex.:

- Cada um de vocês tem nome, não é verdade? Como se chama você?
- Eu me chamo Luiz.
- E este seu colleguinha, como se chama?
- Chama-se Manuel.

— Bem. Então vamos dar tambem um nome a este menino da estampa; vamos chamar-lhe Roberto. Então, quem é este menino?

- Este menino é o Roberto.

Escreva-se a sentença no quadro-negro, dizendo que o giz vae repetir o que foi dito.

- Ali está na pedra o que você disse; leia você, Luiz.

- *Este menino é o Roberto.*

— Bem. Agora que já sabemos como se chama este menino, devemos, antes de convidal-o para conversar connosco, dar-lhe delicadamente o bom-dia. Como é que você o cumprimentará, Manuel?

- *Bom dia, Roberto!*

Escreva-se a nova sentença no quadro-negro, por baixo da outra, e mande-se lêr as duas sentenças por toda a classe.

No dia seguinte, depois de fazer lêr por cada alumno as duas sentenças, destaquem-se as palavras que as compõem, na seguinte ordem:

*este
menino
é
o
Roberto
Bom dia.*

Componham-se novas sentenças com essas palavras, ex.:

*Roberto é este menino.
Este menino é o Roberto.
Bom-dia, Roberto!
Roberto, bom-dia!*

2) Em nova lição, perguntará o professor:

- Quaes são as coisas que tem o Roberto?

para conseguir-se o seguinte resultado, pondo-se os objectos na ordem das sentenças da "Cartilha":

*Roberto tem um gato.
Roberto tem um pão etc.*

escrevendo-se todas as sentenças no quadro-negro.

3) Com os mesmos objectos, perguntará o professor, apontando para cada um delles:

— *De quem é este pão?*
— *Este é o pão de Roberto.*
— *De quem é este gato?*
— *Este é o gato de Roberto etc.*

4) O gato de Roberto tem nome tambem. Vamos chamar-lhe *Bichano*. Devem conseguir-se as seguintes sentenças:

*Este é o gato de Roberto.
Chama-se Bichano.
Bom dia, Bichano!*

Conhecidas taes sentenças e mais as que se incluem nas pags. 9, 10 e 11 da "Cartilha Analytica," poderá sêr então, iniciada nesta a leitura.

Escrevam-se no quadro-negro as perguntas e as respostas, mandando lêr successivamente as sentenças.

Depois de escrever umas doze sentenças com taes elementos, pondo nõ plural os nomes dos objectos, pôde-se dar a estes as respectivas qualidades, ex.: *O gatõ de Roberto é branco, é gordo etc.*

Colloquem-se os objectos em posições relativas: — a bóla junto do gato; o gato junto do menino; o pão na mão do menino etc.

Pódem tambem introduzir-se, com bom exito, sentenças exclamativas como estas: *Que lindo gato! Que bonito pão! etc.*, e pequenas ordens, que o alumno deverá lêr mentalmente, e cumprir, ex.: *Sente-se! Levante-se! Vá buscar uma bóla etc.*

O passo a seguir pôde sêr o da leitura de pequenas historias, escritas no quadro-negro, onde o professor deverá desenhar os objectos a que ellas se refiram.

A' proporção, porém, que os desenhar, irá conversando com o seu grupo de alumnos, afim de, ao escrever as sentenças

sobre cada objecto, despertar nelles a curiosidade para o quadro todo.

Cada quadro servirá para varias lições.

Um quadro, um chromo, um desenho qualquer, emfim, um vez que seja bem visivel, preencherá tambem este objectivo. (*) O que é necessario é que as sentenças, que o professor construir, sejam sempre escritas no quadro-negro.

(*) A Livraria F. Alves & Comp. editou uma collecção de quadros adequados ao ensino da "Cartilha Analytica," os quaes, pela sua uniformidade e propriedade de concepção, devem merecer a preferencia dos professores.



LITERATURA INFANTIL

SANTA CRUZ

Falam antigas lendas da existencia
De um paiz divinal, maravilhoso,
Eden roseo do Bem, que na innocencia
Das almas infantis desperta o gozo.

Nesse páramo todo de clemencia,
Ha pedaços de céu; um genio airoso...
Nelle palpita o Amor — eterna essencia
Da vida e do destino esplendoroso.

E brilha tanta luz por toda a parte;
Belleza e Força casam-se com arte,
Na paz de um seio a transbordar de amores...

Sabes, criança, essa região dourada
E' a nossa Patria — Patria bem fadada,
— Terra de Santa Cruz, aberta em flôres!

ATIBAIA, setembro de 1925.

LICINIO CARPINELLI.

O BOMBEIRO

Crianças! será possível que vocês tenham tão mau coração? Rir assim, caçoar desse modo, dum pobre velho? ... E porque? Porque é manco, tem o rosto cheio de cicatrizes fundas?

Que crueldade! Não respeitam a velhice? Não se sentem commovidas ante os defeitos alheios?

Conhecem o homem de quem estão caçoando? Sabem, por acaso, si elle merece em vez do desdem, uma verdadeira admiração, um grande respeito?

Escutem a historia que lhes vou contar, e nunca mais zombem de ninguem.

Ha muito tempo, numa tarde escura e sombria, a cidade de . . . alarmou-se ouvindo gritar: soccorro! fogo! fogo!

Era um pavoroso incendio num grande sobrado, donde as labaredas subiam, subiam, cada vez mais violentas: Ao seu clarão, o céu tingia-se dum vermelho vivo, impressionante.

Os bombeiros, avisados, chegaram logo. Começou immediatamente a luta para extinguir o incendio. Apesar de grandes esforços, o fogo augmentava sempre; começára ao rez do chão e, com incrível rapidez, attingira o alto do edificio.

De repente, um homem, já velho, atravessa a multidão, pallido e offegante; era elle um dos moradores da casa incendiada. Vendo de longe o prédio em chammass, correra, o coitado!

“Meu filho,” bradava elle, desesperado! “Ninguem o salvou?”

Ninguem sabia da criança. O pobre pae compreende que o seu filhinho está perdido.

“Vou buscal-o, salvall-o-ei!” E, assim dizendo, corre em direcção da casa.

Alguem o faz parar. “Attenda, homem, a sua idade não lhe permite mais um tal arrojoo. Eu irei em seu logar.” Era um bombeiro quem assim falava. Envolvendo-se depressa num lençol molhado, joga uma corda de nós á janella do primeiro andar, sóbe, desaparece.

Segundos parecem seculos, tal a ansiedade de todos. O incendio continúa, continúa sempre. Um, dois, tres minutos se passam.

Morreu, é a voz geral.

Subito, um grito se ouve: — o bombeiro apparece numa janella que as labaredas começam a lambem; desaparece ainda; eil-o agora de novo.

“Extendam um colchão,” diz elle . . . Eis a criança jogada, e o pae recebe o filho nos braços, são e salvo.

Um ruido forte; os andares cederam.

Pobre bombeiro! morreria?

Não; eil-o que se arrasta dentre as chammas; tem uma perna quebrada e o rosto quasi todo queimado.

Muitas semanas passou elle entre a vida e a morte.

Querem saber agora quem é o pobre velho manco? E' o bombeiro que salvou a criança.

Não tinha eu razão de dizer-lhes que não devem caçoar de ninguem?

“MIMI”

— “Não serve,” disse a mamãe, “não posso mais ter quatro gatos nesta casa.”

— “De certo que não”, respondeu o papae. “Precisamos dispôr delles.”

Os quatro animaes eram, em primeiro logar, *Mignon* — o mais velho de todos. Fôra encontrado no porão, antes de estar a casa completamente acabada. E isso, ha quantos annos! Não! Esse, o papae fazia questão que ficasse. Pois não era elle tão bom rateiro?!

Depois, havia o *Malhado* e o *Bichano*. Seria pena separal-os. Até a mamãe assim pensava. Eram tão parecidos, que não se podia distinguil-os, sem lhes examinar bem os focinhos. O de *Malhado* era branco e o de *Bichano* tambem o era, apenas com uma pinta preta.

Em seguida, vinha *Mimi*, branco e preto, mas muito mais branco do que preto.

“Este é o primeiro que vae,” disse a mamãe.

Carolina fez beicinho, ergueu *Mimi* nos braços e apertando-o bem contra si, falou: “Elle é tão engraçadinho! . . . Oh! não posso separar-me de *Mimi*!”

Mais tarde estavam os gatos todos juntos, dormindo ao pé do fogão, quando entrou o Sr. Antonio.

O Sr. Antonio morava no outro lado do rio e vendia frutas e hortaliças, numa carrocinha.

Vendo os gatos, exclamou: — “Tantos gatos por aqui, e eu sem nenhum lá em casa!”

— “Carolina pôde dar-lhe um,” acóde a mãe da menina. Esta ficou cabisbaixa.

— “Vamos fazer um trato,” diz o Sr. Antonio, erguendo *Mimi*. “Eu dou á menina uma cesta de laranjas e a menina me dá este gato.”

Carolina levantou os olhos.

Uma cesta de laranjas não era lá para se rejeitar. Quem sabe si quatro gatos não eram mesmo demais? . . .

— “Eu troco, si mamãe me deixar ficar com *Malhado* e *Bichano*.”

A mamãe sorriu mas não gostava de fazer promessas.

— “Veremos,” disse ella . . . “Em todo o caso, tres gatos já são menos que quatro.”

O Sr. Antonio deixou as laranjas.

Carolina abraçou e beijou *Mimi*, antes de entregal-o ao seu novo dono.

Este pôl-o numa cesta e por cima estendeu um sacco.

— “Assim elle vae bem,” disse o homem, e despediu-se.

Logo que a carrocinha se perdeu de vista, Carolina começou a suspirar. Pôz-se á janella, o semblante muito triste, olhando em direcção á chacara do Sr. Antonio.

O céu tornou-se repentinamente escuro; um vento forte começou a soprar, e, para maior pezar da menina, *Malhado* levantou-se e pôz-se a miar desesperadamente.

— “E’ porque elle sabe que *Mimi* foi-se embóra,” soluçou Carolina, correndo a esconder o rostinho no cóllo da mamãe. “Como eu não ficaria triste, si dessem o maninho de presente e eu não pudesse mais vê-lo! Ah! . . . essas laranjas não prestam! São muito azedas!”

A mãe consolou-a, dizendo que talvez *Mimi* voltasse. Contou-lhe a historia dum gato que viajou muitos kilometros para voltar á casa.

— “Mas, eu acho que *Mimi* não é capaz de saber voltar!”

— “Coisas mais impossiveis têm acontecido,” respondeu-lhe a mamãe.

.....
Na manhã seguinte, ao abrirem a porta da cozinha, quem havia de entrar?

O *senhor Mimi*, todo molhado, todo enlameado, mas muito ancho, muito cheio de si.

— “Vejam só quem está aqui!” falou o papae.

— “Mimi!” exclamou a mamãe.

Carolina, ainda de camisola, veio correndo. Ergueu *Mimi* nos braços, dizendo: “*Mimi! Mimi!* Meu querido gatinho! Como foi que você soube voltar? Você agora não vae mais embora! Não é, mamãe? O Sr. Antonio que leve suas laranjas. *Mimi* que fique.”

E *Mimi* ficou.

NÃO DEVEMOS JULGAR PELAS APPARENCIAS

Um beija-flôr encontrou-se um dia com uma borboleta, e notando-lhe a belleza do colorido e a graça dos movimentos, fez-lhe protestos de amizade.

— “Não quero sua amizade,” foi a resposta. “Você, uma vez, já me desprezou: chamou-me de insecto repugnante.”

— “Impossivel!” exclamou o beija-flôr. “Eu sempre tive a mais alta admiração pelas bellas creaturas como você!”

— “Talvez, hoje,” disse a borboleta, “mas quando você me insultou, eu era uma simples lagarta. Agora, ouça este conselho: Nunca insulte os humildes, pois elles pôdem, algum dia, tornar-se seus superiores.”

O MUTIRÃO

Amanhece. Na matta extensa e fria
Já se ouve a orchestra modula e canora,
E não tarda que surja a luz da aurora
Entre fulgores, pompas e poesia.

Em meio á densa bruma das estradas,
— Tenue lençol de linho alvinitente,
Caminham vultos, vagarosamente,
Levando foices, sobraçando enxadas.

São vizinhos que prestam, prazenteiros,
O auxilio justo de seus fortes braços
A quem se encontra em sérios embaraços
No preparo de roças ou de aceiros.

Depois de ter o estomago refeito
Do bom café, bolinhos de mandiôca,
O alegre bando para a faina tóca...
Vae dar inicio á luta, satisfeito.

Reunidos no logar determinado,
Ao sonido da enxada lampejante,
Vergam o corpo, firmes, para deante,
Cavando o chão, num gesto compassado.

Em breves horas o trabalho é findo.
E após, a tórma lesta, resoluta,
Goza a victoria da feliz labuta,
Contando historias, palestrando e rindo.

Nobre exemplo de amor e de virtudes
Esse auxilio reciproco revela.
Guardae essa lição honrosa e bella
Que recebemos desses homens rudes.

ANTONIO FARIA — (*Seára Patriotica.*)



UMA HISTORIA

Subamos uma escada tosca, insignificante. Estamos em cima dum estabulo, numa das capitaes do mundo civilizado.

Quem móra nesse lugar?

Um vendedorzinho de jornaes. Vive alegre, a trabalhar, correndo daqui e dali, annunciando pelas ruas a sua mercadoria.

Foi sempre assim a sua vida? Não. Tratou de aprender a encadernar livros, e durante sete annos trabalhava nessa arte.

Um dia chama-lhe a attenção uma pagina sobre a electricidade.

E' preciso conhecer o artigo todo; elle não tem mais socego, lê, relê, decóra afinal!

Arranja um vidro, uma caçarola velha e alguns outros pequenos objectos, e começa suas experiencias.

Adeantará alguma coisa o que fez e refez, architectando maravilhas?

Um freguez da casa anima-o a ouvir as conferencias dum sabio.

E o rapaz, entusiasmado, vae, escuta attento, toma nota de tudo. Resolve mandar ao proprio conferencista o resumo do que ouvira e comprehendera.

Quem pintará a alegria, o arrebatamento, após a hesitação, e uma quasi incredulidade do rapaz, tendo nas mãos um bilhete do sabio convidando-o a apresentar-se no dia seguinte no gabinete particular de sua residencia?

Abandona a officina para tornar-se ajudante-servente. Limpa instrumentos, transporta-os para a sala de livros.

E como segue, curioso e attento, os trabalhos do mestre!

Estuda, experimenta, e consegue com paciencia realizar o seu ideal.

Um dia, o vendedorzinho de jornaes, o habitante do andar superior dum estabulo, é convidado para falar perante a "Sociedade Philosophica."

Torna-se o facto uma maravilha e ha quem repita: "E' o maior philosopho que o mundo conhece!"

Dirão, agora: "Qual! . . . isso não é real! . . ."

Não, crianças, é real, muito verdadeira, a minha historia.
Esse pequeno nasceu, em 1791, vindo a fallecer em 1867. E' o celebre philosopho inglez chamado Miguel Faraday.

O sabio, que lhe serviu de mestre, foi Humphy Davy, que ao lhe perguntarem: — “Qual é, mestre, sua maior descoberta?” — respondia sorrindo: — “E' Miguel Faraday.”

PADRE DIOGO FEIJÓ

Lutando, pertinaz, com denodo e bravura,
Mercê do proprio esforço e impavida energia,
Foi que Feijó galgou, com rara galhardia,
De chefe regencial a honrosa investidura.

O estadista de escól, de grande envergadura,
Dando á Patria o melhor de esforço e de valia,
Bem forte e una a fez contra o horror da anarchia,
Por toda parte a impôr sua austera figura.

De humilde condição, modesto elle nasceu,
E só por seu valor a bem alto ascendeu,
A golpes duma ferrea, energica vontade!

Delle seja-nos sempre a memoria querida!
Grande sempre ha de sêr quem sempre foi em vida
Bello exemplo de fé, civismo e probidade!

S. Sebastião.

LAFAYETTE PEREIRA.

O BOM ATIRADOR

Certo rapaz gabava-se de sêr bom atirador. Quer fôsse com arco, quer fôsse com funda, pedra ou mesmo espingarda, ninguém como elle para atirar! Passava o dia todo fazendo pontaria. Mesmo á hora das refeições, sentado á mesa, punha-se a atirar imaginariamente o relógio, o gato, as moscas as paredes, enfim, tudo o que via.

No jardim de sua casa um passarinho fizera o ninho e nelle criava cinco lindos filhotes. Tantas bocas, sempre escancaradas, á espera de alimento, davam-lhe bastante trabalho. De sol a sol voava, aqui e ali, pelos campos, mattas e estradas, á procura de insectos e sementes para a sua próle faminta.

E quanta comida aquelles cinco entezinhos não consumiam!

O mais fraquinho não podia reclamar tão alto como os irmãos, mas era o primeiro a receber o seu quinhão.

Uma manhã, quando o passaro acabava de erguer um bichinho e descansava pousado no muro, o *bom atirador* viu-o e... já se sabe... fez-lhe pontaria e... acertou.

O infeliz passarinho ficou bem machucado e soffria bastante. Com muito custo conseguiu arrastar-se até junto á arvore onde estava o seu ninho. Não poude, porém chegar a este, pois tinha uma aza partida.

Começou, então, a piar e os pequenos respondiam cada vez mais alto, pois tinham muita fome. E elle não podia approximar-se do ninho, nem ao menos explicar o que lhe acontecera!

Quando ouviu a voz fraca do filho menor, fez um esforço supremo para se erguer, mas... debalde!

O dia todo ficou ali o pobre passaro; o dia todo ficaram sem comer os filhotinhos.

Quando elle chilreava, os filhotes respondiam; e quando estes chilreavam, era elle quem respondia. Mas acontecia ouvir os passos do *bom atirador*, e ficava bem quetinho junto á arvore.

Sua voz foi-se tornando cada vez mais fraca, até que os filhinhos não a ouviam mais; elle, entretanto, ainda os ouvia.

Durante a noite morreu, e de manhã lá estava hirto e frio, os olhos vidrados e voltados para o ninho onde os filhotes mor-

riam de fome.

Mas, não morreram logo. O cansaço os adormecera para a fome logo os acordar. Gritaram, gritaram para adormecer de novo.

Veiu a noite e com ella o frio. Acharam muita falta do seio materno e... antes do raiar do dia morriam, um a um.

O menor, bem no fundo do ninho, protegido pelos irmãos resistira ao frio, e de manhã ergueu a cabeça e escancarou o biquinho amarello, á espera de bichinhos.

Mas não havia quem os trouxesse e... morreu tambem, de bico aberto e vasio!

.....
O *bom atirador* matára seis passarinhos com um só tiro:
— a mãe e os cinco filhotes.

Acham vocês que elle devia orgulhar-se de saber atirar bem?

Conhecem vocês algum *bom atirador*? Si conhecem, contem-lhe esta historia e vejam si elle trata de corrigir-se.

A SOCIEDADE

Vocês conhecem a historia do “Cégo e o Paralytico?”

Eram dois infelizes. Um tinha pernas, mas não possuia olhos: podia andar, mas sem vêr o caminho; o outro tinha olhos, mas lhe faltavam as pernas: via o caminho, mas não andava...

Uniram-se, associaram-se. O cégo tomou sobre os hombros o paralytico e este dirigia os passos do primeiro.

Somos todos, mais ou menos, cégos e paralyticos. Não podemos fazer tudo sósinhos.

A vida é uma troca de serviços que nos prestamos mutuamente. Os pequenos precisam dos maiores; os velhos necessitam dos moços, e reciprocamente.

Um individuo isolado não póde fazer quasi nada; póde muito, faz muitissimo, unindo seu esforço aos esforços de outrem.

UM GRANDE BRASILEIRO

Meu caros alumnos, como vocês deram muito bem a lição de Botânica, vou-lhes contar a historia dum paulista illustre, que se dedicou ao estudo das plantas e conquistou um logar saliente entre os sabios.

Chamava-se elle Joaquim Corrêa de Mello; nasceu em Itú, no anno de 1816.

Bem jovem ainda, perdera o pae, e sem recursos para continuar os estudos, mudou-se para Campinas, onde foi praticar numa pharmacia.

Conseguiu de tal modo a estima do patrão, que este o mandou para o Rio, onde Corrêa de Mello fez o curso de pharmacia. De regresso, tornou-se socio do seu patrão e, com o tempo, proprietario do estabelecimento e conhecidissimo pelo nome de *Joaquimzinho da Botica*.

Nada de extraordinario nisso, não é assim?

Pois, attentem bem: Corrêa de Mello não deixou de estudar e os seus trabalhos, as suas observações interessantes chamaram a attenção de todos os centros scientificos do Velho Mundo.

De que modo?

Correspondendo-se assiduamente com todas as corporações do mundo scientifico, ás quaes enviava os resultados de suas pesquisas e investigações.

Um dia, D. Pedro II, que era o imperador do Brasil, estava examinando, com muita attenção, uns quadros-retratos de celebridades, na "Linnean Society," em Londres, da qual era socio.

Ahi encontrou o retrato . . . imaginem . . . de quem? De Corrêa de Mello.

D. Pedro II ignorava essa celebridade e foi preciso que um sabio inglez lhe fizesse então a biographia do nosso patricio.

D. Pedro não se esqueceu do occorrido, e foi assim que um dia o *Joaquimzinho da Botica* recebeu a visita do ex-imperador do Brasil, que fez questão de sua amizade.

A uma natural modestia, Corrêa de Mello alliava uma bondade, um carinho profundo pelas crianças doentes.

Quantas lagrimas de mães elle não estancou! Quantos sorrisos infantis elle não desabrochou!

Morreu em 20 de dezembro de 1877, deixando seu nome aureolado pelo amor ao trabalho, pela dedicação ao estudo, pela caridade para com seus semelhantes.

IMAGEM DO BRASIL

(CLASSE PRINCIPIANTE)

Bandeira minha
De encantos mil,
Imagem linda
Do meu Brasil!

Quando te vejo,
Bandeira amada,
Graciosamente
Assim hasteada,

A mim parece
Que, mui subtil,
Esse teu vulto
Me diz: — Brasil!

Então, eu levo
Ao coração,
Cheio de amor,
A minha mão,

E a minha boca,
Inda infantil,
Fala bem alto:
Viva o Brasil!

Pindamonhangaba, 9 — 925.

B. REZENDE.

METHODOLOGIA

PROCESSO EDUCATIVO

SUA NATUREZA E ELEMENTOS

(A. TOMPKINS. — Trad.)

(*Continuação*)

VANTAGEM DO PREPARO DAS LIÇÕES

Em conclusão, deve-se insistir que, tanto quanto possível, todas as lições sejam preparadas do mesmo modo que a precedente. O leitor imediatamente desanimará ao pensar no imenso trabalho que isto imporá. Si o professor tiver vinte lições diárias, devendo gastar muitas horas no preparo dessas lições, pouco tempo lhe restará para suas obrigações sociaes e leitura geral. Mas, isto não é argumento razoavel contra a idéa de se preparar as lições; pois os ideaes não devem sêr abandonados por não poderem sêr realizados. Si assim fôsse, o que aconteceria com os ideaes do character? Póde sêr facilmente demonstrado que um tal preparo é o unico emprego economico do tempo, e que a recompensa é proporcional ao trabalho.

Esse preparo identifica o professor com a lição; e este dirige-se á classe com a agradável esperanza da realização dum ideal que será o resultado do seu trabalho cuidadosamente planejado. Elle imaginou o trabalho dos alumnos para entenderem o assumpto que lhes vae sêr apresentado; esboçou na sua imaginação de que modo os discipulos pensariam e sentiriam no trabalho de apanhar as idéas; e assim lhe nasce um desejo vehemente de vêr, no proprio processo, aquillo que foi afagado na imaginação. Tal professor apresenta-se á classe,

vivo de interesse; e pela lei da *sympathia*, os alumnos compartilham do enthusiasmo, e professor e alumno se associam no ardor do interesse; e assim ficam garantidas a inteira attenção e a plena actividade, que caracterizam o mais alto grau de habilidade pedagogica. Bastaria só isto para recompensar o esforço do professor. Vale por todas as regras geraes empregadas para se conseguir attenção e interesse. O professor que não faz um tal estudo, forçosamente continuará a sêr o escravo, em vez de tornar-se o artista inspirado.

Um tal preparo da lição individual é o unico meio seguro de desenvolvimento em habilidade e conhecimentos profissionaes. E' facil e commum lermos sem proveito, livros pedagogicos; as idéas ahi apresentadas não se tornam parte da vida concreta do ensino. Por muito que nos vangloriemos do nosso estudo de *psychologia*, elle pouco tem auxiliado o professor. A *psychologia* é lida e depois collocada na estante, como si nada tivesse que vêr com o assumpto em questão. Ora, um preparo como aquelle em que aqui insistimos, forçaria o professor a sentir em cada acto do ensino, que a *psychologia* é a propria alma desse ensino. No preparo de toda lição, a *psychologia* precisa estar sempre á mão. Os processos mentaes, constituindo a lição especial que se vae dar, devem sêr delineados, classificados e organizados. A *psychologia* de cada lição deve-se fazer sentir. Isto resolve o problema de interessar o professor em *psychologia*.

Que esta é a unica approximação segura á pedagogia real e essencial, vê-se pelo seguinte: Supponhamos que um professor delimie o processo mental para a aprendizagem, digamos, do substantivo; e depois outro do adjectivo, e assim por diante toda a materia, assignalando em todos os casos os valores educativos. Nesse ponto, o professor que reflecta em tudo que foi feito, e generalize na pedagogia da *grammatica*, todos os processos e valores. Este methodo não suplantaria as nossas palestras geraes sobre methodos para o ensino de *grammatica*? Que este trabalho seja feito em todas as materias; e então estará o professor preparado para construir uma verdadeira sciencia da educação, baseada numa experiencia concreta. Não ha

outro meio pelo qual isto possa sêr feito. Desappareceria a notada contradicção entre as bellas dissertações sobre educação e a pratica imperfeita. A sciencia educativa teria então uma significação real; ao passo que a arte seria estimulada e guiada pela consciencia da lei universal. O professor, portanto, que ambiciona crescer em theoria e arte pedagogica, deve começar com a analyse da lição individual ante si, e, por uma série de observações e generalizações cuidadosas, estabelecer leis cada vez mais elevadas, até que chegue a uma sciencia altamente organizada. Não é este o methodo scientifico e, portanto, o correcto? Isto converteria o trábalo quotidiano da sala de aula num estudo systematico de pedagogia; ao passo que geralmente damos aula o dia todo, e depois, nas horas vagas, estudamos algum livro sobre o ensino, como si fôsse assumpto separado. O trabalho assim feito é bom; mas, quanto mais proficuo não seria, si cada lição levasse o professor a assim fazer pela necessidade de penetrar na propria lição?

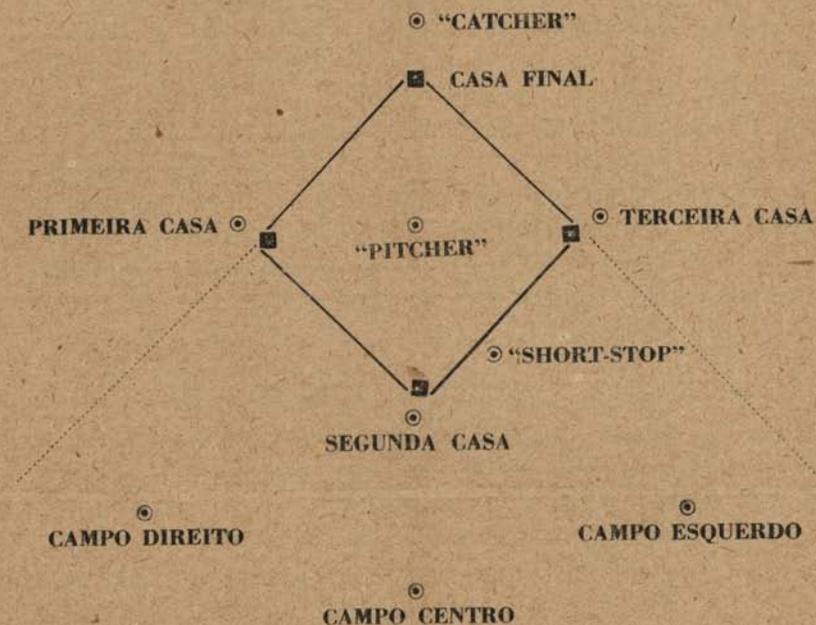




EDUCAÇÃO PHYSICA

JOGO DE "BASE-BALL"

DIAGRAMMA DO CAMPO



O "Base-Ball" é invariavelmente jogado por dois "teams" compostos de 9 jogadores cada um. Estes são:

"Catcher."

"Pitcher."

Guarda da Primeira Casa.

Guarda da Segunda Casa.

Guarda da Terceira Casa.

"Short-stop."

Guarda do Campo Esquerdo.

Guarda do Campo Direito.

Guarda do Campo Centro.

NOMENCLATURA DO JOGO

“CATCHER” — O jogador que apanha por detraz do Batedor as bólas atiradas pelo “Pitcher.”

“PITCHER” — O que atira a bóla ao “Catcher” para sêr batida pelo Batedor.

PRIMEIRA CASA — O primeiro ponto a sêr percorrido pelo Batedor.

SEGUNDA CASA — O segundo ponto a sêr percorrido pelo Batedor.

TERCEIRA CASA — O terceiro ponto a sêr percorrido pelo Batedor.

CASA FINAL — O ultimo ponto a sêr percorrido pelo Batedor.

CAMPO PROPRIO — A área compreendida por duas linhas rectas partindo da Casa Final e passando respectivamente pela Primeira e Terceira Casa, como está indicado no diagramma por duas linhas pontuadas.

CAMPO DIREITO — A parte do Campo Proprio, fóra da quadra, que fica á direita do Batedor ou “Catcher.”

CAMPO CENTRO — A parte do Campo Proprio, fóra da quadra, que fica atraz da Segunda Casa.

CAMPO ESQUERDO — A parte do Campo Proprio, fóra da quadra, que fica á esquerda do Batedor ou “Catcher.”

QUADRA — A parte do Campo Proprio, compreendida entre quatro linhas rectas traçadas de uma casa a outra.

“BAT” — Cajado usado para bater bólas.

“SHORT-STOP” — O jogador que fica collocado entre a Segunda e Terceira Casa, sendo que por este ponto geralmente passa o maior numero de bólas rasteiras batidas pelo Batedor.

BATEDOR — O jogador que se colloca com o cajado ou “bat” nas mãos junto á Casa Final, para bater as bólas atiradas pelo “Pitcher.”

Usaremos tambem este termo para distinguir um jogador do team que se acha ao “bat,” do jogador do team que se acha no campo.

FÓRA — Chama-se um *fóra* cada vez que um Batedor é posto fóra do combate durante o percurso das casas ou na tentativa que o mesmo fizer para bater a bóla. Dá-se também quando a bóla é batida para o ar pelo Batedor e apanhada por qualquer dos adversarios antes que a mesma toque no chão.

CORRIDA COMPLETA — Percurso de todas as casas, de uma só corrida.

PERCURSO COMPLETO — Percurso de todas as casas, tomando uma, duas ou tres de cada vez.

BÓLA NULLA — Bóla atirada pelo "Pitcher" ao "Catcher," fazendo um trajecto contrario ao prescrito pelo regulamento do jogo.

BÓLA BOA — Toda bóla tocada pelo "bat" do Batedor de modo a cair no Campo Proprio.

BÓLA VOLANTE — "Fly" — Bóla batida para o ar, a grande altura.

Emquanto um dos "teams" se acha collocado no campo, nas posições marcadas por um circulo, no diagramma, o "team" adversario bate a bóla, isto é: cada um dos nove jogadores por sua vez se colloca junto á Casa Final e bate a bóla atirada pelo "Pitcher." Quando este atira a bóla para o "Catcher," o Batedor deve batel-a de tal maneira que ella cáia dentro do Campo Proprio cujos limites estão indicados no diagramma pelas linhas pontuadas. Chama-se *bóla boa* a que cae dentro desses limites depois de batida pelo Batedor. Este, na occasião de bater a bóla e julgando-a *boa*, correrá para a Primeira Casa onde deverá chegar antes que qualquer dos adversarios que se acham no campo apanhe a bóla e a atire ao guarda da Primeira Casa. Si, entretanto, a bóla fôr arremessada tão longe que os adversarios fiquem impossibilitados de apanhal-a em tempo para atiral-a ao guarda da Primeira Casa, o Batedor, si tiver tempo, irá até á Segunda ou Terceira Casa, ou mesmo até á Casa Final, o que raras vezes se dá. Os norte-americanos dão a isso o nome de "Home-run," mas poderemos chamal-o de *Corrida Completa*. E' preciso não confundirem Corrida Completa com Corrida Ordinaria ou Percurso Completo, pois a primeira dá-se sómente

quando o Batedor consegue percorrer todas as casas antes que o jogo recomece para o Batedor seguinte, ou diremos, de uma cadada. Si, no percurso que o Batedor fizer á Primeira Casa, depois de bater a bóla, um jogador qualquer do "team" adversario apanhar a mesma e atiral-a ao guarda da Primeira Casa, e este conseguir apanhal-a antes que o Batedor chegue áquella casa, será contado um *fóra*, e o Batedor é posto fóra de combate, isto é, perde o direito de continuar o seu percurso. O guarda, porém, na occasião de pegar a bóla deve achar-se em contacto com a casa, o que geralmente se faz collocando um ou ambos os pés sobre a mesma. Si o guarda estiver distante da Primeira Casa, depois de apanhar a bóla, elle deve correr com esta na mão e tocar com o pé sobre aquella casa antes que o Batedor lá chegue.

O Batedor não sendo posto fóra, conservar-se-á na Primeira Casa e o jogo recomeçará para o seguinte Batedor. O Batedor que acaba de tornar a Primeira Casa, continuará o seu percurso ás casas restantes, cada vez que a occasião o permittir, mas o percurso entre uma e outra casa é quasi impossivel quando a bóla se acha nas mãos de qualquer jogador do campo, pois de qualquer dos pontos onde os mesmos se acham collocados a bóla póde sêr arremessada ao respectivo guarda muito antes que o Batedor em percurso consiga chegar á casa. O Batedor deve, portanto, para tomar a casa proxima, esperar uma occasião em que a bóla esteja longe do alcance de qualquer dos adversarios. Estas occasiões geralmente se offerecem quando a bóla é batida para o ar em direcção que a permitta cair no Campo Proprio, o que se dá tambem quando as bólas são rasteiras ou batidas no ar de tal maneira que vão parar no Campo Proprio muito além dos tres guardas do campo; offerecem tambem boa oportunidade para se fazer o percurso das casas, as bólas nullas ou "strikes," que passam o "Catcher" sem que este as consiga apanhar.

Cada casa não póde sêr occupada por mais dum Batedor.

Para pôr fóra um Batedor na Segunda ou Terceira Casa, é necessario que o adversario toque com a bóla em qualquer parte do seu corpo, salvo si um outro Batedor tomar posse da

Primeira Casa. Nesse caso, o Batedor será posto fóra na Segunda Casa da mesma fórma que na Primeira. O mesmo se dá na Terceira Casa quando, no acto do Batedor correr da Segunda á Terceira Casa, a Primeira e Segunda ficam occupadas por outros Batedores.

Cada vez que um Batedor faz um percurso completo, isto é, percorre todas as casas até á Casa Final, sem sêr posto fóra, marca-se um ponto para o "team" a que pertence.

Chama-se "*Team*" do "*Bat*" o que está batendo a bóla, e "*Team*" do *Campo* o que se acha collocado no campo.

Quando o "*Team*" do *Campo* consegue fazer tres *fóras* contra o "*Team*" do "*Bat*," este colloca-se no campo enquanto que aquelle entra para o "*Bat*" e os seus jogadores fazem então o papel de Batedores.

Considera-se o jogo começado cada vez que a bóla se acha na mão do "*Pitcher*" e este recebe ordem do "*Referee*" para começar.

Considera-se o jogo recommençado cada vez que a bóla volta para as mãos do "*Pitcher*" depois do ultimo Batedor sêr posto fóra ou conseguir tomar uma das casas.

O "*Pitcher*" deve atirar a bóla ao "*Catcher*" de tal maneira que ella passe sobre a Casa Final a uma altura correspondente á altura de qualquer ponto entre o queixo e os joelhos do Batedor. Sendo assim jogada, a bóla é considerada *boa*, mas desviando-se perceptivelmente desse curso, é considerada *nulla* si o Batedor não fizer tentativa para batel-a. Si o Batedor fizer essa tentativa, a bóla será considerada *boa*, embora o seu trajecto não siga o prescrito pelo regulamento.

Chama-se "*Foul-ball*" toda a bóla que sendo batida, ou mesmo levemente tocada pelo "*bat*" do Batedor, não cáia no *Campo Proprio*.

Chama-se *bóla nulla*, como já mencionámos acima, toda bóla atirada pelo "*Pitcher*" ao "*Catcher*," que se desvie do curso prescrito pelo regulamento; isso no caso do Batedor não fazer tentativa para batel-a. O Batedor póde bater a bóla *nulla* a seu talante e uma vez que elle consiga batel-a de modo que cáia

no Campo Proprio, a bóla que seria *nulla* torna-se agora uma bóla *boa*. Da mesma fórma, si o Batedor fizer tentativa para bater uma bóla *nulla*, esta será considerada *boa* e um "strike" será contado contra o Batedor.

Cada *bóla boa* atirada pelo "Pitcher" ao "Catcher," e não tomada em consideração pelo Batedor, ou cada tentativa que este fizer para bater uma bóla qualquer que seja, é considerada um "strike" contra o mesmo.

Tres "strikes" constituem um *fóra*.

Quatro bólas nullas dão direito ao Batedor de tomar a Primeira Casa.

Si a bóla, depois de sêr batida, fôr apanhada por qualquer jogador do campo, em qualquer ponto que se ache, antes que a mesma toque no chão, será isso considerado um *fóra*; mesmo quando a bóla toque de leve sobre o "bat" do Batedor, e seja apanhada em seguida pelo "Catcher" ou qualquer outro jogador do campo, considera-se tambem um *fóra*.

Si no acto do Batedor fazer o terceiro "strike" o "Catcher" apanhar a bóla antes de tocar no chão, contar-se-á tambem um *fóra*.

O Batedor não tem direito de fazer o percurso de uma casa a outra depois de feito um "Foul-ball," e caso elle tenha começado a correr antes de saber que a bóla era "foul," deverá então voltar á casa de onde sahiu e tocal-a com o pé afim de desfazer a corrida illicita que ia effectuar. O effeito do "Foul-ball" cessa no momento em que a bóla chegue ás mãos do "Pitcher." O jogo então recommeará e o Batedor ou Batedores que se acharem nas casas ficarão promptos para a primeira oportunidade de correr para a casa proxima.

Os "teams" que disputam um "match" de "Base-Ball" entrarão alternativamente para o "Bat" enquanto que o outro joga no campo. Como ficou dito acima, depois de tres *fóras* o team" do campo entra para o "Bat" e o "team" do "Bat" colloca-se no campo.

Cada uma dessas alternações chama-se "inning", isto é: durante cada "inning" cada um dos "teams" por sua vez entra

para o "Bat" e joga no campo. O jogo de "Base-Ball" é geralmente composto de 9 "innings." Isto quer dizer que cada um dos "teams" entra nove vezes para o "Bat."

E' considerado vencedor o "team" que fizer maior numero de pontos nesses 9 "innings," isto é: o maior numero de percursos completos. Si, porém, ambos os "teams" tiverem o mesmo numero de pontos, continuar-se-á o jogo, addicionando-se um ou mais "innings" até que um dos "teams" tenha maioria de pontos.



VULTOS E FACTOS

GALERIA NACIONAL

(LEITURA PARA AS CLASSES ADEANTADAS)



ALBERTO NEPOMUCENO

A historia da musica brasileira regista o nome de Alberto Nepomuceno como um dos que melhor a serviram e mais alto a honraram.

O grande artista, cujos poemas musicaes sob motivos nossos, attingem a uma elevada significação e em cuja obra ficou resplandecendo uma das mais puras glorias da nossa arte, desapareceu ainda em plena primavera do espirito. Faz cinco annos.

Commemorando o anniversario da sua morte, não poderiamos deixar esquecido o nome de quem foi um trabalhador incansavel e um ardente paladino.

Alberto Nepomuceno, o creador inspirado das operas "Abul" e "Artemis", é o autor inconfundivel duma infinidade de composições cheias de frescor, animadas de vida, enleadas de sonho. Dentre ellas, mistér é que se destaque, pelo fundo nacionalista, pelo muito que é nosso, a "Série Brasileira." Ahi soube o mestre amado surprehender a alma, a paizagem, a tradição da linda terra brasileira que é, digamos com ufanía, o ultimo orgulho da raça latina.

Logo no inicio da sua carreira, infante ainda, lhe accenára promissoramente o exito incomparavel que obteve em Pariz, com a opera "Electra." Lá, em meio estranho, poderia ter realizado, si lhe sobrasse ambição e egoismo, uma carreira de successos magnificos, de exaltação continua e de glorias incontestaveis.

Mas preferiu voltar para Brasil. Paiz nenhum, por grande e rico, vale a terra onde nascemos. A sua fé patriótica era immensa. Nepomuceno trazia viva, na mente e no coração, a imagem commovida da Patria, que elle tanto soubera amar e louvar em canticos duma suave belleza e elevada inspiração.

Os ataques, os apodos daquelles que nem siquer tinham a devida lealdade para reconhecer no artista excellente, as qualidades superiores que o elevavam acima do plano commum, serviam para o mestre de incentivo. E, cavalheiro convicto da arte, intentava novos trabalhos, surprehendia-se em novas lutas e novos enthusiasmos, entre os que, bem intencionados, punham um sorriso de esperança nos planos e na acção do fundador da *Sociedade de Concertos Populares* e do *Centro Artistico Brasileiro*, do esforçado director do *Instituto Nacional de Musica*. Foi a este Instituto, colmeia de artistas, que déra Alberto Nepomuceno o melhor da sua intelligencia e da sua vontade, tornando-o o centro de cultura musical mais afamado do paiz. Nelle têm vingado as mais bellas realizações da nossa arte.

Bastaria, para distinguir o notavel maestro, lembrar a resistencia, a energia, a tenacidade com que procurou, em meio quasi hostile, realizar uma obra de alevantado patriotismo, pugnando pela musica brasileira e principalmente pela introduccão da letra portugueza nas composições musicaes. Soube

com brilho refutar o erro generalizado dos que sustentavam que a nossa lingua "se não prestava" a sêr posta em musica.

Os versos de Gonçalves Dias, Raymundo Corrêa, Olavo Bilac, Guimarães Passos e Coelho Netto, teceu-os de tal maneira, immanando-os e integrando-os no nosso sentir, que musica e poesia se fundiram num todo uno e indivisivel.

Si o esforço do artista deixou muitas vezes de dar resultados immediatos, hoje a sua obra ahi está como um dos marcos de ouro do progresso já realizado pela musica brasileira. Quer dizer que a semente lançada á terra germinará a seu tempo, erguendo, para gloria nossa e para exemplo aos que vierem, cheios de fé e vontade, a opulencia e o esplendor da seára.

Alberto Nepomuceno, grande mestre patricio, fôrma ao lado de Carlos Gomes, Francisco Manuel, Leopoldo Miguez, Henrique Oswald, Villa-Lobos — este seu discipulo — e outros que souberam erguer o seu labor á altura de inspirar belleza e de nos incutir amor e admiração.

O seu nome, como o daquelles, deve sêr sempre lembrado com orgulho, citado com fervorosa sympathia, por nós, devotados que somos da vida que elles viveram, de trabalho constructivo e de recatado orgulho em pról da nossa grandeza e do nosso renome.



PAGINA DA CRIANÇA

EXERCICIOS DE RACIOCINIO

— Eu quero um chapéo-modelo.

— Eu só comprarei um vestido-modelo.

— Meu sapato tambem será modelo.

— Já que apreciam tanto os modelos, vou offerecer-lhes um, minhas filhas.

Meu modelo é silencioso, discreto, paciente.

Vou contar-lhes suas virtudes e funcções, dignas de imitação.

Elle móra em todas as casas, onde é visto quotidianamente. Todos o conhecem, mas... quantos o consideram? Não sei...

Meu modelo trabalha e ninguem lhe diz: — obrigado.

Trabalha, e quando termina o serviço, esconde-se logo aos olhares de todos, como si nada merecesse. E hoje, como amanhã, e depois, e sempre, se mostrará na hora do trabalho diario, com a mesma docilidade, a mesma actividade.

Trabalha sempre, e nesse trabalho continuo vae se gastando lentamente até á ultima fibra do seu sêr. Chega, finalmente, um momento em que, desprezado, vae para a rua.

Que bellas virtudes possui o meu modelo! Trabalha, gasta-se, occulta-se e desaparece esquecido.

Imital-o é bem difficil.

Meu querido modelo é o auxiliar indispensavel de toda familia. Faz reinar a limpeza, e a limpeza é a ordem; e a

ordem é o bem-estar; e o bem-estar é a alegria, é a virtude; e a virtude é o céu, o paraizo.

Meu modelo é o criado docil, dedicado, que se adapta a todas as mãos, dobra-se a todas as exigencias.

Nãos mãos duma criança estouvada, como nas duma boa dona de casa, meu modelo se conserva sempre o mesmo, calmo, laborioso, funcionando sempre. Si descansam, elle descansa; si querem o seu auxilio, elle immediatamente se apresenta. Está sempre ao alcance de todos, sem perturbar a ninguem.

Que me dizem desse curioso modelo?

Ainda não o conhecem?

Olhem que não é difficil conhecê-lo!...

E' um conjunto de hastes finas, colhidas aqui e ali, seccas ao sol, pacientemente reunidas talvez pelas mãos tremulas dalgum ancião.

Não vão caçoar do meu modelo!

Procurem-n-o e o encontrarão nalgum lugar, immovel, silencioso, docil, á espera que lhe peçam algum serviço e... uma lição.

Acharam já o meu modelo?

*
**

Sou a soberana dum vasto reino de opala, todo cravejado de brilhantes.

Sobre as cabecinhas das gentis crianças envio uma torrente de luz pallida e suave; envolvo a terra num véo de prata; argento a orla das ondas; inspiro os poetas; protejo os felizes namorados.

Mudo sempre de physionomia.

Ora mostro ás crianças o meu rosto todo inundado de luz e cheio de belleza; ora lhes apresento apenas o meu perfil

e outras vezes só um arco de luz. Companheira inseparavel da noite e da madrugada, convido tudo ao descanso e sou tambem boa conselheira. Vélo o somno innocente e tranquillo dos petizes que cedo se deitam para com o raiar do dia se erguerem, e alegres correrem á escola.

Só tenho um grande e poderoso inimigo, e quando o vejo não mais mostro do meu reino de opala e brilhantes, a minha face alva e bella ás queridas criancinhas.





MUSICAS E CANTOS ESCOLARES

A TAQUARA

(LETRA DA MUSICA ANNEXA)

Como poucas melodiosa,
Nossa orchestra é bem famosa.
Quem a ouvir da vez primeira,
Quer ouvil-a a vida inteira.
Tem originalidade:
Quem negar falta á verdade.
Não é burla ou maroteira
Proclamal-o, nem asneira:
Basta vêr que o instrumental
Veiu lá do Taquaral.
Como nós inda não vistes...
No canudo somos *tristes!* ...

HONORATO FAUSTINO.



A Taquara

(A 4 vozes. Para orpheus infantis) Letra e musica de Honorato Faustino
- Ao Dr. Carlos de Campos -

Moderato

Co-mo pou-cas me-lo-dio-sa, Nô-sa or-ches-tra é bem fa-mo-sa. Quem a ou-

vir da vez pri-meira, Euz ou-vil-a a vi-da in-tei-ra. Tem ori-gi-na-li-

da-de: Quem ne-gar fal-ta a ver-da-de... Não é bur-la ou ma-ro-tei-ra Pro-cla-

mal-o, nem ar-nei-ra. Por-ta vez que o ins-tu-men-to tal Na-ão do do Ta-qua-



LIVROS, REVISTAS ETC.

SUPREMACIA E DECADENCIA DO FUTEBOL PAULISTA

Adepto fervoroso da cultura physica entre nós, o Sr. Leopoldo Sant'Anna acaba de contribuir para o desenvolvimento da mesma com o seu livro — *Supremacia e Decadencia do Futebol Paulista*.

E' esta uma obra na qual palpita a alma dum sincero *sportman* e vibra a intellectualidade robusta dum escritor de raça.

Nella o autor estuda, com carinho, o evoluir do *foot-ball* paulista em todos os seus detalhes, desde o seu inicio até hoje, fornecendo-nos copiosos subsidios para ulteriores pesquisas sobre o assumpto.

O livro está dividido em duas partes distinctas, qual dellas a melhor pela sua clareza.

Na primeira, sob o titulo — *A supremacia* — o autor demonstra com dados insophismaveis a superioridade, hegemonia e prioridade do *foot-ball* em S. Paulo.

Na segunda parte — *A decadencia* — o Sr. Leopoldo Sant'Anna trata, com elevação de espirito, das causas dessa decadencia.

Em ambos os capitulos, o senso analytico do autor se evidencia com toda imparcialidade; seu espirito critico paira alto, sobranceiro ás apreciações atrabiliarias e contraproducentes, para serenamente, calmamente, produzir uma obra utilissima, na accepção lata do termo.

Supremacia e Decadencia do Futebol Paulista prova, do principio ao fim, o que acabamos de affirmar; é, portanto, um precioso livro no genero e deve sêr lido por todos aquelles que se interessam pela nossa cultura physica.

Gratos pelo exemplar que nos foi enviado.

O MESTRE, A ESCOLA E O ENSINO

Com este titulo, a Exma. Sra. D. Adelina A. Cyrillo de Castro, acaba de publicar suas *Lições de Psychologia, Pedagogia e Methodologia*, professadas na extincta escola normal primaria da Capital.

Embora a autora modestamente classifique o seu livro, dando-lhe o character de *apontamentos*, é elle, pela clareza da exposição, ordem e methodo observados nos assumptos, uma obra de grande utilidade aos que se dedicam ao ensino da infancia e principalmente áquelles que se preparam para o magisterio.

Qualquer das tres partes de que a obra se compõe é tratada com o cuidado pedagogico exigido nos trabalhos dessa natureza: as lições, bem synthetizadas, de molde a serem proveitosamente assimiladas pelos estudantes da materia.

A' autóra, esta Redacção agradece a gentileza da offerta.



NOTICIAS

MACHINA DE ESCREVER MUSICA

O padre Dr. José Joaquim Lucas, após demorados e pacientes estudos, acaba de inventar a *machina de escrever musica* — o MELOGRAPHO, como elle proprio denominou.

Embora de extrema simplicidade, seu apparelho reúne as propriedades de *gravador de musica e machina de escrever*. Escreve a musica e escreve letras.

A construcção do MELOGRAPHO deveu-a o Dr. Lucas ao habil engenheiro mecanico Frederico Ritcher, que não mediu sacrificios nem trabalhos, para vêr coroado de exito o sonho de seu inventor.

A nova machina está engehada de tal fórma que se obtêm, em poucos instantes, dado o prévio adestramento em seu manejo, cópias perfectas das mais difficeis composições, acompanhadas das palavras necessarias aos andamentos e realces.

Nada mais emmaranhado que as *Fugas de Bach*, que foram copiadas, com relativa facilidade, pelo engenhoso invento.

Houve pleno successo na exhibição do MELOGRAPHO, no Rio, sendo recebidas, com carinho e applausos unanimes da imprensa, as palavras com que o grande inventor brasileiro acompanhou as demonstrações praticas do apparelho, perante o publico.

Já Carlos Gomes, entre as suas grandes aspirações, havia posto a da invenção de um apparelho que viesse simplificar o trabalho arduo e penoso da cópia de musicas.

Com o apparecimento do MELOGRAPHO, do Rev.^{mo} P.^e Lucas, realizou-se, portanto, com pleno successo póstumo, um dos grandes sonhos do immortal autor do *Guarany*.

Carlos Gomes não teve a satisfacção de vêr posto em realidade o seu ideal; mas o destino guardou o seu mais ardente anhelô e reservou a um brasileiro a gloria dessa descoberta.

É' mistér, porém, que o MELOGRAPHO appareça; sáia do campo das experiencias já victoriosas e cobertas de indiscutivel exito, para o commercio, ou para os gabinetes dos maestros e cultores da divina arte de *Verdi*, de *Massenet* e de *Ricardo Wagner*.



DIRECTORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PUBLICA

A Secretaria do Interior communicou á da Fazenda, por officio n. 267, de 16 de setembro do corrente anno, que foram dispensados os seguintes auxiliares de inspecção:

Joviniano Pinto, Araras.
José Maria da Silveira, Areias.
Daniel Verano Pontes, Avaré.
D. Anna Yllyria de Sampaio Luz, Anhemby.
João Baptista Leme, Annapolis.
José Maria de Avila, Ariranha (Areia Branca.)
Mariano Augusto Portella, Angatuba.
Elzira Camargo, Araçariguama.
Décio Teixeira da Fonseca, Assis (Candido Motta.)
Leão Alvares Lobo, Assis.
Odilon Corrêa, Araraquara.
Affonso Ribeiro Persicano, Amparo (Monte Alegre.)
Gumerindo C. A. Moraes, Albuquerque Lins.
Bruno Volet, Ariranha.
Armando Ognibene, Barra Bonita.
Benedicto Tondella, Batataes.
Olegario de Moura, Bom Successo.
Francisco Castro Ramos, Bragança.
Paulo Antunes, Botucatu.
Raul Rodrigues de Camargo, Brodowsky.
Gabriel Pelicciotti, Bariry.
Henrique A. Ribeiro, Brótas.
Americo Virgilio dos Santos, Bananal.
Norberto de Almeida, Botucatu.
João Leite Camargo, Bebedouro.
Luiz Castanho de Almeida, Baurú.
Lamartine Teixeira Coimbra, Bica de Pedra.
Francisco Cócaro, Caconde.
Alberto J. Oliveira, Cajurú.
João de Arruda, Capão Bonito.
Luiz Grellet, Capivary.
Luiz Ribeiro de Carvalho, Cruzeiro.
Alcides Nascimento, Campinas (Arraial dos Souzas.)
Vicente Ferreira Bueno, Campinas (Rebouças.)
Quintino Soares, Campo Largo.
Orlando Simonetti, Caraguatatuba.
Octacilio Villela, Campinas (Cabras.)
Domingos Visioli, Campinas (Nova Odessa.)
Americo Belluomini, Campinas (Vallinhos.)
Domingos Gonçalves Filho, Campos Novos.

Francisco Carlos Machado, Campinas (Cidade.)
Licínio Alves Cruz, Conchas.
José Barreto, Cotia.
Paulino Muniz Filho, Campinas (Santa Cruz.)
José Roberto M. F. Sobrinho, E. Santo do Turvo.
Odorico Albuquerque, Fartura.
Luiz José Dias, Faxina.
Octavio Almeida Bueno, Franca.
Antonio F. Ramalho, Guararema.
Altino José de Oliveira, Guarulhos.
Luiz de Souza, Guariba.
Pedro Leme Brisolla Sobrinho, Ipaussú.
Antonio Azevedo Castilho, Itapolis.
Francisco Alves Mourão, Itatiba.
João Daiuto, Igarapava.
Firmino Teixeira, Itú.
Gabriel Pinto de Faria, Itaberá.
João Pedro Nascimento, Itaporanga (Taquary.)
João Baptista Leite, Itanhaem.
Antonio Azevedo Marques, Itatinga.
Sebastião Faria Zimbres, Ibirá.
Evarista Ortiz de Azevedo, Igaratá.
Luiz G. Oliveira Costa, Jaboticabal.
Getulio Nogueira de Sá, Jundiáhy.
Joaquim Antonio Ladeira, Jundiáhy.
Joaquim Braga de Paula, Jacarehy.
Ruy Monteiro, Jatahy.
Silvino Xisto dos Santos, Lagoinha.
Odilon de Barros Freitas, Laranjal.
Fernando Vianna, Leme.
Francisco Prudente de Aquino, Lorena.
Vicente dos Santos, Limeira (Cordeiro.)
Otilio de Toledo, Mogy-mirim (Conchal.)
Walfredo de Andrade Fogaça, (Mattão.)
Antonio S. da Silva, Mogy-mirim (Posses.)
Lazaro Gonçalves Teixeira, Monte Mór (Elias Fausto.)
Augusto Manoel da Silva, Mogy-mirim (Jaguary.)
Gabriel Costabile, Mogy-mirim.
João Tobias de Oliveira, Monte-Mór.
Sylvio da Costa Neves, Mineiros.
Victor Lamparelli, Maracahy.
José Nogueira de Barros, Mirasól.
Joaquim Sant'Anna Netto, Natividade.
Antonio Damante, Nazareth.
José Santoro, Orlandia.
Eloy de Lacerda, Pilar.
José Vieira Vaz, Pinheiros.
Luiz de Castro Pinto, Piquete.
Francisco Galvão Freitas, Patrocínio do Sapucahy.
Mario Marques de Oliveira, Pedreira.
Roque Corrêa da Silva, Pirajú.
Quintiliano José Sitrangulo, Pindamonhangaba.
Benedicto Moraes Camargo, Porto Feliz.
Oscar Fernandes, Pitangueiras.
José Scaramelli, Pereiras.

Raul Pereira dos Santos, Queluz.
 Antonio Silveira Mello, Ribeira.
 Estevam Damiani Filho, Ribeirão Branco.
 Oscar de Almeida, Rio Bonito.
 Manoel da Costa Neves, Rio das Pedras.
 Antonio Godofredo Leisther, Ribeirão Bonito.
 José de Castro Silveira, Sallesopolis.
 Antonio Barreta, Santa Cruz da Conceição.
 Adhemar de Carvalho Campos, S. José do Barreiro.
 Affonso Cesar Fonseca, S. José dos Campos.
 José Maria d'Avilla, Santa Adélia (Pindorama.)
 Benedicto Ferreira da Costa, S. Bernardo.
 Euclides de Oliveira, S. Roque.
 Francisco Pinto Nunes, Serra Negra (Lyndoia.)
 Lourival de Paula, S. Bento do Sapucahy.
 Salvador Gogliano Junior, Santa Adelia.
 Francisco A. Madeira, Tietê.
 Romulo de Mello, Taubaté (Quiririm.)
 Luiz Gonzaga de Carvalho, Tremembé.
 Ottilio de Meira Lara, Torrinha.
 Osorio Ayres, Una.
 Malachias de Oliveira Freitas, Villa Bella.
 José Maria de Castro, Ubatuba.
 José Decio M. Gaia, Viradouro.
 João Firmino de Moraes, Xiririca.

No mesmo officio a Secretaria do Interior communicou á da Fazenda que foram designados os seguintes professores para exercerem o cargo de auxiliares de inspecção:

I.ª ZONA

- 6.º Guaruihos — Altino José de Oliveira, director das escolas reunidas locais.
 7.º Itanhaem — João Baptista Leite, professor e director das escolas locais.
 9.º Ubatuba — José Maria de Castro, director do grupo escolar local.
 10.º Sallesopolis — Nabor Ferreira da Silva, da 2.ª escola masculina dessa localidade.
 11.º São José dos Campos — Affonso Cesar de Siqueira, director do grupo escolar local "Olympio Catão."
 13.º Tremembé — Luiz Gonzaga de Camargo, director do grupo escolar local.
 13.º S. Luiz do Parahytinga — José de Mello, director do grupo escolar local.
 15.º Lorena — Francisco Prudente de Aquino, director do 2.º grupo escolar local.
 14.º S. Bento do Sapucahy — Laurival de Paula, director do grupo escolar local.
 14.º Cunha — Pedro de Castro e Silva, director do grupo escolar local "Dr. Casimiro da Rocha."

16.º Queluz — Raul Pereira dos Santos, director do grupo escolar local.

15.º Piquete — João Pelazzo, director do grupo escolar de Cachoeira (para este município e para o de Jatahy.)

16.º Bananal — Americo Virgilio dos Santos, director do grupo escolar local.

16.º S. José do Barreiro — Adhemar de Carvalho Campos, director das escolas reunidas locais.

2.ª ZONA

Villa Americana — Alcindo Soares Nascimento, director do grupo escolar local.

Santa Barbara — Joaquim Antonio do Canto, director do grupo escolar local.

Serra Negra — Luiz Americo Introine, director do grupo escolar local.

Socorro — Eurico Borges de Almeida, director do grupo escolar local.

Jardinopolis — Lucas de Lima, director do grupo escolar local.

Sertãozinho — Leoncio Ferraz de Amaral, director do grupo escolar local.

Cravinhos — Benedicto Ferraz de Oliveira, director do grupo escolar local.

S. Simão — Agenor Medeiros, director do grupo escolar local.

Itapira — José da Cunha Raposo, director do grupo escolar local.

Espirito Santo do Pinhal — Humberto de Souza Leal, director do grupo escolar "Almeida Vergueiro," da localidade.

Mogy Guassú — Armando dos Santos, director do grupo escolar local.

Atibaia — Licinio Carpinelli, director do grupo escolar local.

Piracaia — João de Azevedo Brandão, director do grupo escolar local.

Joanopolis — Victor Miguel Romano, director interino do grupo escolar local.

S. João da Boa Vista — Pedro Maciel de Godoy, director do grupo escolar local.

Tambahú — Lino Avancini, director do grupo escolar local.

Santa Rosa — Raul Cardoso de Almeida, director do grupo escolar local.

28.º Indaiatuba — Sebastião de Castro, director do grupo escolar local.

Santa Rita do Passa Quatro — Luiz Octavio Neves, director do grupo escolar local.

3.ª ZONA

27.º Itatiba — Francisco Alves Mourão, director do grupo escolar local.

28.º Capivary — Luiz Grelet, director do grupo escolar local.

28.º Indaiatuba — Sebastião de Castro, director do grupo escolar local.

28.º Cabreuva — João Russo do Amaral, director do grupo escolar local.

29.º Rio das Pedras — Manoel da Costa Neves, director do grupo escolar local.

30.º Limeira — Antonio Tenorio da Rocha Brito, director do grupo escolar local.

- 30.º Araras — Joviniano Pinto, director do grupo escolar local.
 31.º Ribeirão Bonito — Antonio Godofredo Leinster, director do grupo escolar local.
 31.º Boa Esperança — Antonio de Mello, director do grupo escolar local.
 32.º Bariry — Gabriel Peliciotti, director do grupo escolar local.
 33.º Itapolis — Antonio de Azevedo Castilho, director do grupo escolar local.
 33.º Taquaritinga — João Teixeira de Lara, director do grupo escolar local.
 34.º Brotas — Henrique Antonio Ribeiro, director do grupo escolar local.
 34.º Pederneiras — Heitor Lisboa, director do grupo escolar local.
 37.º Novo Horizonte — João Pires Barbosa, director do grupo escolar local.
 30.º Leme — Fernando Vianna, director do grupo escolar local.

4.ª ZONA

- 48.º Presidente Prudente — João Miguel do Amaral, director do grupo escolar local.
 49.º São Manoel — Antonio Esperança de Oliveira, director do grupo escolar local.
 49.º Lençóes — Henrique Rachetti, director do grupo escolar local.
 40.º Agudos — Paulo Ribeiro Netto, director do grupo escolar local.
 40.º Parnahyba — Antonio Olegario dos Santos Cardoso Filho, professor e director das escolas reunidas locais.
 42.º Angatuba — Mariano Augusto Portella, director do grupo escolar local.
 42.º Capão Bonito — Mario Gemignani, director substituto e adjunto do grupo escolar local.
 41.º Guarehy — Antonio Martins Coelho, director das escolas reunidas locais.
 42.º São Miguel — Arthur das Chagas Monteiro, professor das escolas reunidas locais.
 42.º Sarapuhy — Antonio Dias Minhoto Junior, professor da escola urbana masculina local.
 45.º Itatinga — Antonio de Azevedo Marques, director do grupo escolar local.
 45.º Itaby — Aristides Walter Prado, director das escolas reunidas locais.
 41.º Porto Feliz — Benedicto de Moraes Camargo, director do grupo escolar local.
 41.º Tatuhy — Nicanor de Paula Arruda, auxiliar do director do grupo escolar local.
 44.º Conchas — Licínio Alves Cruz, director do grupo escolar local.
 44.º Laranjal — Odilon Barros Freitas, director do grupo escolar local.
 44.º Pereiras — José Scaramelli, director do grupo escolar local.
 43.º Ribeira — Antonio da Silva Mello, director do grupo escolar local.
 39.º Cotia — José Barreto, professor da escola masculina urbana local.
 43.º Capoeiras — Pedro Argemiro Dias, professor da escola masculina urbana local.
 39.º Juquery — Virginia Quaglio, professora da escola da estação de Juquery.

41.º Campo Largo — João de Moraes Sobrinho, professor e director das escolas reunidas locais.

50.º Biriguy — Brasil Santos, director do grupo escolar local.

50.º Promissão — Francisco Felix de Oliveira, director das escolas reunidas locais.

50.º Cafelandia — Epaminondas de Barros Camargo, director das escolas reunidas locais.

50.º Pirajuhy — Paulo Monte Serrate, director do grupo escolar local.

44.º Tietê — Francisco de Assis Madeira, director do grupo escolar local.



SECRETARIA DO INTERIOR

ACTOS DIVERSOS

Na representação em que diversos directores de grupos-escolares pedem o pagamento da gratificação “pró labore,” por desdobramento, foi dado o seguinte despacho:

“Não procede a reclamação dos Srs. directores de grupos-escolares, quer quanto á data em que lhes deviam sêr pagos os vencimentos da tabella que acompanhou o decreto n. 3858, do corrente anno, quer quanto á gratificação pelo desdobramento.

A obrigatoriedade das leis, decretos e regulamentos, emanados dos poderes competentes do Estado, começa trinta dias depois da publicação de taes actos no “Diario Official,” salvo determinação em contrario: lei n. 58, de 18 de agosto de 1892, art. 1.º

Esse é o preceito ou dispositivo que regula a obrigatoriedade da lei, que não encerra disposição expressa, indicando outra data ou prazo. E o decreto n. 3858, deste anno, ficou subordinado a essa regra geral, menos quanto aos assumptos regidos pelos arts. 100 e 101.

E’ verdade que o primeiro delles manda applicar aos funcionarios da Directoria Geral da Instrucção Publica, porque são meramente administrativos, o art. 80, seus paragraphos 1, 2 e 3, do decreto n. 6855, de 4 de junho ultimo, e que esse paragrapho 3 determina que os vencimentos da tabella e a gratificação “pró labore” sejam pagos a contar de 1.º de janeiro do corrente anno, de accordo com o que foi disposto para os funcionarios da Secretaria da Fazenda, no decreto n. 3839, de 17 de abril ultimo.

E’ igualmente verdade que o art. 101 do citado decreto n. 3858, dispõe que os “funcionarios dos estabelecimentos

de ensino, cujos vencimentos não estiverem determinados nas tabellas annexas," bem como os professores de jardim de infancia, e dos differentes estabelecimentos e escolas de ensino primario, urbano ou rural, "terão os seus vencimentos acrescidos de 25%, a contar de 1.º de julho proximo findo."

Entretanto, essas disposições — de character especial — não aproveitam aos reclamantes, não só porque seus vencimentos constam da tabella annexa n. 3, como principalmente porque as providencias nella contidas não se applicam aos demais assumptos regulados no decreto 3.858, sendo a esse respeito expresso e claro o art. 4.º do Codigo Civil, quando determina "que a disposição especial não revoga a geral, si não quando a ella ou ao seu assumpto se referir, alterando-a, explicita ou implicitamente."

A procedencia especial dos artigos citados, 100 e 101, não pôde sêr extensiva a outra relação de direito, nem se generalizar aos demais assumptos regulados no decreto n. 3.858.

O artigo 1.º da citada lei n. 56, de 1892, soffreu assim, na especie, modificação parcial, restricta á materia e aos funcionarios incluidos nesses dois artigos 100 e 101, mas continua vigente, a regularizar a obrigatoriedade do decreto n. 3.858, em tudo que não se comprehende "na determinação em contrario," expressa nesses dois mencionados artigos.

Não procede egualmente a reclamação na parte relativa ao "pró-labore" por desdobramento, pois que, segundo a lei vigente, os directores de grupos percebem vencimentos de accordo com a categoria do grupo, e esta é determinada pelo numero de classes e não pelo numero de horas de funcionamento. E nos grupos que funcionam em dois periodos o desdobramento contribue substancialmente para a constituição da categoria, concorre como factor elementar desta.

Em taes condições, o desdobramento não pôde ter dupla função remunerada contribuindo como factor elementar na continuação da categoria como causadora do augmento de vencimentos, correspondente ao numero de classes, como consta da tabella respectiva, determinando ao mesmo tempo, gratificação por um trabalho que a lei já remunera, mediante a classifica-

ção em categorias, fundada exclusivamente em numero de classes.

A fórma da remuneração, assim prevista e regulada no citado decreto n. 3.858, pela letra como pelo espirito de suas disposições, excluiu peremptoriamente gratificação aos directores de grupos pelo trabalho decorrente de desdobramento em dois periodos: todo o trabalho de direcção, em um e outro periodo está comprehendido na remuneração correspondente á respectiva categoria, que justamente por isso foi augmentada.

Esse foi o pensamento do Governo, expresso na refórma, e inspirado na preocupação de encontrar processo mais equitativo de remuneração, como tambem de satisfazer justo reclamo de directores de grupos da Capital, generalizando aos directores de outros grupos.

Na realidade, os directores dos grupos-escolares desta Capital representaram ao Governo pedindo a incorporação do "pró-labore" aos vencimentos, que eram os mesmos, quer dirigissem estabelecimento de 8 ou de 50 classes. Esse pedido foi satisfeito mediante a classificação dos grupos em categorias, e com os vencimentos correspondentes a cada um, e devidamente augmentados. E por esse processo remuneratorio, os directores de grupos de menor numero de classes obtiveram mais do que pediram, porque em vez de 460\$000 de vencimentos e 100\$000 de gratificação por desdobramento, percebem 600\$000 mensalmente de vencimentos.

O argumento tirado da situação dos porteiros de grupos não apresenta ao caso dos reclamantes, porque a classificação dos respectivos grupos em categorias não attingiu os vencimentos desses funcionarios que não tiveram qualquer augmento. Nessas condições, deveriam continuar a perceber vencimentos determinados pelo desdobramento, accrescidos dos 25% "pró-labore" de emergencia, como aliás dispõe expressamente o art. 101 do citado decreto n. 3.858, deste anno."

Eis o despacho exarado pelo Dr. Secretario do Interior, na petição do professor Candido José de Miranda, solicitando

licença com inicio declarado: “O supp.º não tem direito á licença com o inicio declarado. Nos termos do art. 1.º e lei n. 1521, de 1916, a licença concedida pelo poder competente é, salvo o caso de molestia ou gozo de férias, o unico motivo pelo qual os funcionarios publicos de qualquer categoria poderão interromper o exercicio das funções do cargo. Em caso de doença, dispõe o paragrapho unico do mesmo artigo, o empregado é obrigado a fazer a communicacão immediata, e a impetrar a licença dentro de oito dias, improrogaveis. Ora, nada disso foi feito pelo supp.º que a 14 do corrente requereu a licença especial do art. 19, a contar de 3 de agosto proximo findo. A natureza especial da licença não o exime do cumprimento ou observancia das citadas disposições legaes, porque tal licença depende de concessão, como é expresso, e concessão que só agora é feita. Foi irregular, pois, o afastamento do supp.º e ás autoridades escolares e aos directores de repartições subordinadas a esta Secretaria dever-se-á recomendar a observancia das citadas disposições legaes, para que se evitem abusos futuros.”

Pelo Dr. Secretario do Interior foi dado o seguinte despacho no requerimento da professora D. Francisca de Castro: “Defiro o pedido, á vista das informações e attestado. Cumpre assignalar, para instrucção das autoridades escolares e dos interessados: 1.º) que a informação exigida pela lei quanto ao facto material de “estar doente de cama,” requisito essencial para inicio declarado, deve sêr dada em tempo habil, quando é apresentado o necessario requerimento e mediante verificacão pessoal da autoridade. Pela combinacão da disposicão do art. 16, § 2.º e art 17, § 1.º — o tempo habil é a vespera do dia em que deve iniciar o gozo da licença. 2.º) — A autoridade escolar não pôde nem deve se louvar na allegacão da parte ou na attestacão medica, pois que a lei exige que ella verifique o facto e informe de accordo com a verificacão pessoal, tanto que determina que “no caso do professor requerer licença por estar de cama, deverá declarar, na

petição, o local em que se acha, rua e numero da casa, sendo que a falta dessa declaração impedirá os tramites do requerimento na Secretaria do Interior.”

A inobservancia das alludidas formalidades legaes impedirá assim a concessão do inicio declarado, pois que a lei é clara, expressa, e a sua ignorancia não pôde sêr allegada, e ainda que o seja não será attendida.

A Directoria Geral da Instrucção Publica deverá renovar as recommendações anteriores sobre as penalidades legaes.”

No requerimento de licença da professora D. Maria Izabel da Silva, o Sr. Dr. Secretario do Interior exarou o seguinte despacho:

“A supplicante não satisfez a exigencia relativa a sêr a unica pessoa que pôde prestar assistencia a sua sógra, entre as que estavam a isso obrigadas. O requerimento em que foi lançado o despacho nesse sentido, não foi devolvido pela autoridade escolar. Como tem sido decidido uniformemente, não basta allegar molestia em pessoa da familia para concessão de licença; cumpre provar os demais requisitos para que se justifique o afastamento do professor primario. Satisfeita a exigencia, volte a despacho.”

VENCIMENTOS DE SUBSTITUTOS

Respondendo a uma consulta, a Secretaria do Interior enviou á da Fazenda o seguinte officio: “Senhor Secretario. Respondendo ao officio sob n. 636, de 11 de setembro findo, communico a V. Exc.,” para os devidos fins, que, de accordo com o despacho deste Secretariado, publicado no “Diario Official” de 9 de novembro do anno passado, o substituto de professor licenciado nos termos dos artigos 13, da lei n. 1710 e 19, da lei n. 1521, deverá perceber vencimentos como si o

substituído estivesse em gozo de licença commum (artigo 7.º e §§, da lei n. 1521.) Assim, o substituído perceberá a gratificação, nos tres primeiros mezes de substituição; a gratificação e a quarta parte do ordenado, nos tres mezes seguintes; a gratificação e a metade do ordenado, de seis a nove mezes; e a gratificação e tres quartas partes do ordenado, de nove a doze mezes. O substituído de professor licenciado nos termos do artigo 13, § unico, da lei n. 1710, perceberá a gratificação que o substituído deixa de receber. Tenho a honra de reiterar a V. Exc.ª os protestos de minha alta consideração. (a) José Manoel Lobo. A S. Exc.ª o Sr. Dr. Mario Tavares, Secretario da Fazenda e do Thesouro do Estado.”

O SR. DR. SECRETARIO DO INTERIOR INDEFERE OS PEDIDOS DE PAGAMENTOS EM DOBRO FEITOS POR DIRECTORES DE GRUPOS-ESCOLARES E OUTROS FUNCIONARIOS ADMINISTRATIVOS DA INSTRUÇÃO PUBLICA.

O Sr. Dr. José Lobo, Secretario do Interior, proferiu o seguinte despacho, relativamente aos pedidos de pagamento em dobro, feitos por directores de grupos-escolares e por outros funcionarios administrativos da Instrução Publica:

“O artigo 43, do decreto n. 3.858, de 11 de junho do corrente anno, foi inspirado na imprescindivel necessidade de assegurar de modo mais efficaz, a *continuidade do professor primario na classe por elle regida*.

Facto é, praticamente verificado por acurada observação de pedagogistas, que *dessa continuidade de exercicio de um mesmo professor na classe por este regida*, depende em grande parte a efficiencia do ensino, pois que ella garante — com a effectividade de tirocinio — o desenvolvimento de aptidões pedagogicas, em proveito da função de mestre, e ao mesmo tempo subordina o alumno á unidade da orientação e de methodo, o que redundo em beneficio da instrução.

E' obvio que uma tal necessidade se manifesta de modo mais premente em relação ao professor preliminar ou primario, cujas funções complexas e delicadas pelos aspectos psychologico, intellectual, moral em summa e notadamente psychologico, que tem de considerar e attender, obiectivam seres no periodo inicial da formação mental e moral, cujos defeitos, aptidões, tendencias, vocações e outros elementos constitutivos da individualidade e do character de cada um delles, cumpre estudar, apurar e acompanhar para os effectos de cuidados e remedios apropriados.

Por outro lado, é tambem indispensavel assegurar em tão delicado quanto interessante periodo da vida, a convivencia escolar do alumno com o professor, que gera e alimenta a estima, confiança e respeito, que facilitam a sujeição intellectual e moral á disciplina, assegurando em seus beneficos effectos, suave, insensivel, mas continua e effectivamente, a

autoridade do mestre sobre o discípulo. E da fusão harmonica desses elementos e relações depende substancialmente o exito da elevada missão do professor primario.

Necessidades dessa natureza, importancia e magnitude não se compadecem com soluções de continuidade no exercicio do magisterio nesse ramo do ensino, descontinuidade que perturba a principio, e compromette afinal, a satisfação das mesmas.

A situação dellas decorrente devia, pois, merecer do Estado, e de facto tem merecido sempre, cuidados especiaes, e adequado tratamento, de molde a evitar, quanto possivel, os males oriundos dessa falta de continuidade no exercicio do professor primario, cuja fonte é, quasi exclusivamente, a instituição da licença, nas suas differentes modalidades. Da-hi as providencias complementares do decreto n. 3.838, do corrente anno, e dizemos complementares porque na legislação anterior, ainda vigente, o Estado não se havia descuidado desse aspecto do problema pedagogico.

A prova dum tal asserto é dada pelo confronto entre dispositivos reguladores da concessão de licença, constantes da Consolidação das Leis do Entino, da lei n. 1.521, de 1916, e do decreto n. 3.205, de 1920.

Na Consolidação notam-se, desde logo, omissões e defficiencias, que as outras duas citadas leis procuram corrigir.

A lei n. 1521, de 1916, que regula a concessão de licença aos empregados publicos de qualquer categoria, inclusive inferiores e praças da Força Publica, firmou como regras imperativas:

a) que a licença concedida pelo poder competente é o unico motivo para o funcionario interromper o exercicio do cargo, salvo gozo de férias e o caso de molestia, sendo que esta deverá sêr comunicada immediatamente á autoridade competente, requerendo o enfermo licença dentro de oito dias, improrogaveis: art. 1.º e seu parag. unico;

b) que a falta de licença, em taes casos, importará na perda da terça parte dos vencimentos, si não exceder de oito dias, por anno; de todos os vencimentos, até trinta dias; e na presumpção de abandono do cargo, si se prolongar por mais de trinta dias consecutivos: art. 3.º

Não cogitou ella, porém, da licença com inicio declarado, que a Consolidação prevê, sem entretanto, determinar os respectivos requisitos: art. 305, parag. 2.º

O decreto n. 3205, de 1920, regula de modo especial, e mais precisa e rigorosamente, a interrupção do exercicio e licença do professor primario, modificando nesse particular a citada lei n. 1521: qualquer interrupção de exercicio, que não exceda de trinta dias, acarretará a perda integral dos vencimentos correspondentes, e, na reincidencia, a pena de suspensão pelo prazo de 15 a 30 dias, e si exceder, prevalecerá, igualmente, a presumpção de abandono do cargo: artigo 16 e parag. 1.º

Essa lei visou assim unicamente o professor preliminar, pelo apreço em que tem a continuidade de seu exercicio. Entretanto, a preocupação de assegurar mais effcazmente essa continuidade, resalta, com mais clareza e vigor, das providencias constantes do art. 17 e seus paragraphos combinados com as do parag. 2.º do art. 16.

Na realidade, o art. 17 dispõe que *nenhum professor preliminar* poderá entrar em gozo de licença sem passar o exercicio do cargo ao seu substituto legal, salvo si estiver doente, de cama, e a prova desse facto (art. 17, parag. 2.º) unico que occasiona a possibilidade de licença com inicio declarado, deverá sêr feita não só com attestado do medico em que essa circumstancia esteja expressamente referida, como tambem com declaração do director, *si se tratar de adjunto de grupo*, e da autoridade escolar municipal, *si de professor de escola isolada*.

Para que a respectiva autoridade escolar possa verificar esse facto material de estar doente, de cama, e informar devidamente, o parag. 2.º do art. 16, determina que, na hypothese do professor requerer licença, por estar de cama, deve declarar, na petição, o local em que se acha, rua e numero da casa, *sendo que a ausencia dessa declaração impedirá os tramites do requerimento na Secretaria do Interior.*

Essa mesma lei, entretanto, isentou de taes exigencias e rigores o director de grupo, que, nos expressos termos do parag. 3.º do citado art. 17, *quando requerer licença nas condições citadas, juntará sómente attestado medico.*

A diversidade de tratamento, por parte do legislador, duma mesma licença, conforme é requerida por professor preliminar, ou por director de grupo, está indicando, manifestamente, que a lei tem em mais apreço a continuidade de exercicio do professor primario, cujo afastamento occasiona danos que, entretanto, não decorrem da solução de continuidade no exercicio de director de grupo.

E' simples, porém, a razão dessa diversidade de tratamento: no conjunto de attribuições que a lei dá ao director de grupo, predomina, caracteristicamente, a natureza administrativa: elle é, em substancia, na realidade, um funcionario administrativo.

Essa conclusão resalta, claramente da Consolidação, art. 176, nos 43 numeros definindo e regulando as attribuições do cargo. E o dec. n. 3356, de 1921, não só quando dispõe sobre essas attribuições (art. 180, seus numeros e letras) como quando organiza a administração do grupo, torna dizendo, no art. 176: *O pessoal administrativo do grupo compreende: um director, um porteiro e os serventes necessarios.*

Regulando as permutas e remoções o legislador revela, igualmente, a mesma preocupação de resguardar e garantir a continuidade do exercicio do professor primario. Assim é que elle determinou a época legal para serem requeridas, e si na Consolidação, art. 167, faculta ao Governo concedel-as, fóra desse periodo, por molestia ou por outro motivo relevante, na lei n. 1750, de 1920, art. 17, e no citado dec. n. 3356, art. 127, dispõe imperativamente: *As remoções ou permutas, salvo por necessidade do ensino, mediante informação do Director Geral da Instrução Publica, só se poderão fazer nas férias de dezembro.*

Todas essas providencias legaes têm por objectivo a função do professor primario, cuja continuidade de exercicio ellas procuram assegurar em toda a plenitude, porque isso constitue condição essencial á efficiencia do ensino primario. E' esse professor e não o director que, durante as horas do periodo escolar de cada dia, fica em contacto intimo, directo, immediato e continuo com os alumnos da classe respectiva, não sendo, á vista disso, comparaveis os efeitos do afastamento do primeiro com as consequencias resultantes da substituição do segundo.

A despeito, porém, de todo esse rigor de lei clara e precisa, manteve-se muito elevado o numero de licenças, mediante attestado medico e informações de autoridades escolares, em grande parte, liberalizados sem inteira compreensão do problema do ensino primario, indicando assim ao Governo que eram insufficientes ou incompletas as providencias legaes em vigor.

Estudada com a devida atenção essa face do importante e grave problema da regularidade e efficiencia do ensino primario, verificou o Governo que urgia estabelecer providencias legaes, que — directa e pessoalmente — interessem o professor primario em permanecer no exercicio da classe a seu cargo, e de modo que elle proprio sinta um novo e maior interesse em

evitar licença ou afastamento, desde que não intercorra uma necessidade real e imperiosa.

Dahi as medidas complementares, constantes do titulo 12.º do citado dec. n. 3853, do corrente anno, que visam exclusivamente assegurar a continuidade de exercicio do professor primario na classe que rege, como allias decorre das considerações feitas pelo Senhor Presidente, na mensagem deste anno sobre os pontos que abordamos, e bem assim sobre a situação e necessidades do ensino rural. E essas medidas complementares e as decorrentes da legislação anterior, que referimos e confrontamos, fornecem e constituem apparelho administrativo, que allia o rigor á elasticidade, requisitos indispensaveis ao fim visado pelo Estado.

Conclue-se, pois, das considerações expostas e pelos fundamentos assim deduzidos, que o art. 43 do citado dec. n. 3858, só se applica aos professores primarios: não têm, por isso, direito á recompensa nelle consignada — os directores de grupo-escolar e menos ainda os funcionarios burocraticos ou administrativos, mesmo da instrucção publica.

A razão que levou o Estado a estatuir essa recompensa a favor do professor primario, não se dá no caso dos funcionarios administrativos, cuja substituição se faz normalmente, sem prejuizo para o serviço publico, por outros funcionarios da mesma repartição, e de accordo com as previsões regulamentares.

Indefiro, portanto, os pedidos de pagamento em dobro, regulados pelo art. 43 do dec. n. 3858, do corrente anno, encaminhados por directores de grupo-escolar e por outros funcionarios administrativos da Instrucção Publica.”

INDICE

	PAG.
A "REVISTA ESCOLAR"	1
LIÇÕES PRATICAS:	
Linguagem	5
Arithmetica	8
Botanica	11
Leitura	14
Historia do Brasil	17
Geographia	19
Instrucção moral e civica	22
Physica	25
Geometria	27
Hygiene	29
PEDOLOGIA:	
Evolução psychica da criança	31
LIÇÕES DE COISAS:	
Legumes e hortaliças	33
A ardósia	35
Partes exteriores do corpo humano	37
A castanha do Pará	40
A cortiça	42
Os perfumes	44
O canhamo	45
O fumo	47
O orvalho	49
O sabão	52
QUESTÕES GERAES:	
O culto da belleza na educação infantil	54
Palestras sobre ensino	56
LITERATURA INFANTIL:	
Santa Cruz	65
O bombeiro	65
"Mimi"	67
Não devemos julgar pelas apparencias	69
O mutirão	70
Uma historia	71
Padre Diogo Feijó	72
O bom atirador	73
A sociedade	74
Um grande brasileiro	75
Imagem do Brasil	76

INDICE

METHODOLOGIA:	
Processo educativo	77
EDUCAÇÃO PHYSICA:	
Jogo de "base-ball"	80
VULTOS E FACTOS:	
Alberto Nepomuceno	87
PAGINA DA CRIANÇA:	
Exercicios de raciocínio	90
MUSICAS E CANTOS ESCOLARES:	
A taquara	93
LIVROS, REVISTAS etc.:	
"Supremacia e decadencia do futebol paulista"	96
"O mestre, a escola e o ensino"	97
NOTICIAS:	
Machina de escrever musica	98
DIRECTORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PUBLICA:	
Auxiliares de inspecção	100
SECRETARIA DO INTERIOR:	
Actos diversos	106

S. PAULO
TYPOGRAPHIA SIQUEIRA
Rua Líbero Badaró, 48
1925

